



UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
IE - Instituto de Economia

CEDOC - IE - UNICAMP

**Organização e Dinâmica do Sistema Financeiro
Brasileiro: impactos dos Correspondentes no
Mercado de Crédito.**

2002 - 2009

Campinas, Novembro de 2009.

Caporale Madi, Maria Alejandra

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Alejandra Caporale Madi

alemadi@eco.unicamp.br

Autor :Eduardo Dalbo Contrera Toro

etoro@terra.com.br

CEDOC - IE - UNICAMP

201000299

Resumo

Após 2002, inicia-se um novo período na história bancária do Brasil. Marcado pelo processo de flexibilização do acesso aos bancos (bancarização) e da ampliação do mercado de crédito, principalmente o crédito destinado às camadas de mais baixa renda. No processo de flexibilização do acesso aos bancos o correspondente bancário tem um papel fundamental. O objetivo deste projeto é o estudo da configuração e dinâmica dos correspondentes bancários no período recente no Brasil, marcado pelas políticas de inclusão social (2002-2008) e pela reorganização do sistema financeiro nacional. As formas específicas pelas quais os correspondentes bancários viabilizam a inclusão bancária das camadas de população de mais baixa renda e o seu papel no processo recente de ampliação do crédito popular são os objetos de estudo deste trabalho.

Abstract

After 2002, begins a new period in the history of banking in Brazil. It was marked by the process of improving access to banks (banking) and by the expansion of the credit market, especially the credit for the sections of populations of lower income. In the process of easing access to the bank system the corresponding bank has a key role. The aim of this project is to study the arrangement and dynamics of corresponding banks in the recent period in Brazil, marked by social inclusion policies (2002-2008) and the reorganization of the financial system. The purpose of the present study. is to analyze specific ways in which the corresponding bank enables the inclusion of the banking to sectors of the population with the lowest incomes and their role in the recent expansion of the credit.

Conteúdo

| | |
|---|----|
| 1. Introdução..... | 5 |
| Capítulo 1- Mercado Financeiro Nacional após 2002. | 7 |
| 1.1 –O Sistema Financeiro Nacional e os países emergentes– 2002 e 2003. | 8 |
| 1.2 – O período de Expansão do Ciclo de Liquidez Internacional e de Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional. | 12 |
| 1.3 - Conclusões | 22 |
| Capítulo 2 - Acesso Financeiro e Bancarização. | 24 |
| 2.1 – Organizações do sistema financeiro nacional e espacialização do atendimento bancário | 25 |
| 2.2 - O Setor Bancário: panorama dos canais de Atendimento..... | 33 |
| 2.3 - Normas e limites para expansão das dependências..... | 38 |
| Capítulo 3- Correspondentes bancários: panorama dos serviços prestados em 2009..... | 41 |
| 3.1 Perfil dos correspondentes bancários nas cinco regiões geográficas do Brasil. | 42 |
| 3.2 Correspondentes e grandes conglomerados financeiros..... | 44 |
| Conclusões | 50 |
| Bibliografia | 55 |

1. Introdução

Esta monografia tem como objetivo delimitar as condições do Sistema Financeiro Nacional que possibilitaram a ampliação do acesso popular aos bancos, um processo que também pode ser chamado de *Bancarização*. A principal hipótese é que o correspondente bancário seja o agente fundamental neste processo. Este trabalho mostrará como ocorrem, o processo de ampliação do acesso financeiro, a regulamentação deste setor e quais são os canais de atendimento que configuram o sistema financeiro nacional.

No primeiro capítulo mostraremos como evoluiu o mercado financeiro nacional durante o período estudado nesta monografia. Veremos que em 2002 o Brasil ainda se recuperava dos choques promovidos pela crise financeira de 2001 e que a partir de 2004 o Brasil já encontra um cenário macroeconômico muito mais favorável à expansão do sistema financeiro nacional.

Em seguida, mostraremos o que é processo de flexibilização do acesso ao sistema bancário. No capítulo 2 também abordaremos o papel fundamental que o Correspondente possui neste processo. Este capítulo também tratará da ampliação dos canais de atendimentos alternativos às redes de agência e as normas que norteiam este processo de ampliação.

No terceiro capítulo examinaremos dois aspectos do processo de ampliação da rede de correspondentes bancários. Primeiro mostraremos quais são as

especificidades do perfil dos correspondentes bancários nas cinco regiões geográficas do Brasil. Em segundo lugar, analisaremos a distribuição destes correspondentes entre os grandes conglomerados financeiros atuantes no sistema financeiro nacional. Dentro do contexto das estratégias de ampliação das dependências bancárias, fundamentais para compreensão deste processo.

Capítulo 1- Mercado Financeiro Nacional após 2002.

Os dois primeiros anos do período estudado são marcados por uma alta instabilidade no sistema financeiro internacional e por uma política econômica nacional de controle de inflação com altas taxa de juros e câmbio. Neste capítulo faremos um breve histórico da evolução do sistema financeiro nacional. Como veremos na segunda parte deste capítulo o período de 2004 a 2008 é marcado por um ciclo de expansão da liquidez internacional com aumento da confiança e revisão das expectativas. Este período também é marcado por uma série de saldos positivos na balança comercial brasileira e ampliação das reservas internacionais brasileira. No sistema financeiro nacional, temos um processo de concentração de capital em torno dos cinco grandes bancos: A Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, ITAÚ Unibanco, Bradesco e Santander.

Escolhemos o ano de 2002 como sendo início de um período em que ocorrem alterações significativas no sistema financeiro internacional e nacional. O ano de 2002 marca o início de um novo ciclo de expansão do mercado financeiro. A crise de 2001 nos EUA promoveu uma onda de choques nos sistema financeiro internacional e um período de recessão. Como o Banco Central do Brasil descreveu: *“Os choques enfrentados pelo mercado financeiro internacional originaram-se do setor real, com a recessão mundial capitaneada pelos Estados Unidos em 2001 e a lenta recuperação do crescimento econômico prevista para este ano e o próximo, e do setor financeiro, com o fim da bolha no mercado acionário norte-americano...”*(Relatório de Estabilidade

Financeira, volume 1, nº1). Este relatório foi publicado em novembro de 2002 e nos mostra claramente que a partir de 2002 a economia internacional inicia um processo de recuperação e ampliação da liquidez internacional. O qual terminou em dezembro de 2008 com a crise financeira global cujo início vinculou-se ao mercado imobiliário norte-americano.

Quanto ao sistema bancário nacional, escolhemos o ano de 2002 pois a partir deste ano intensificaram-se mudanças no sistema financeiro doméstico, como a própria criação dos correspondentes, a criação da conta corrente simplificada e a expansão do crédito consignado, entre outras. A expansão do mercado de crédito será crucial para a nossa análise.

1.1 –O Sistema Financeiro Nacional e os países emergentes– 2002 e 2003.

As principais conseqüências da crise de 2001 nos países da América Latina foram a redução dos fluxos internacionais, principalmente de fluxos líquidos de capitais privados voluntários, e o aumento dos *spreads* cobrados nos empréstimos. A aversão ao risco por parte dos investidores e a redução de exposição a países considerados de alto risco marcou o início da década de 2000.

O Banco Central do Brasil adotou uma política econômica que tinha como principal objetivo restabelecer a confiança dos investidores internacionais na economia brasileira. O próprio BC afirma: *“Decisivo, do ponto de vista da recuperação dos fluxos de capitais para os mercados emergentes, será a ainda incerta redução da aversão ao risco por parte de investidores internacionais, que depende da retomada da confiança desses agentes, da redução da exposição a risco em seus balanços e*

portfólios e da manutenção, ou adoção, de políticas econômicas sólidas e sustentáveis nos países receptores de capitais”.(Relatório de Estabilidade Financeira, volume 1, nº1).

Outro ponto importante é o período de alta volatilidade que tem o ápice após os atentados de 11 de setembro de 2001 nos EUA e termina no primeiro trimestre de 2002. Durante este período de volatilidade o Banco Central adotou políticas voltadas à reconstrução da confiança dos investidores internacionais:

“Para esta fase de estabilidade, foram fundamentais as medidas de política econômica adotadas pelo governo no segundo semestre de 2001, como a assinatura do acordo com o FMI, a elevação da meta de superávit fiscal, a atuação do Banco Central no mercado de câmbio através da política de intervenções diárias, a colocação de títulos cambiais, a elevação dos recolhimentos compulsórios e o aumento da exigência de capital para exposição cambial”.(Relatório de Estabilidade Financeira, volume 1, nº1).

Apesar de alguns indicadores macroeconômicos já mostrarem, no começo de 2002, a retomada da confiança dos investidores na economia brasileira, a taxa de câmbio, uma das principais variáveis macroeconômicas, ainda apresentava alta volatilidade como podemos observar no gráfico 1.1.

Gráfico 1.1 – Evolução da Taxa de Câmbio durante o ano de 2002



Fonte: BACEN

A alta volatilidade do dólar frente ao real nos mostra que em 2002 a economia nacional não tinha se recuperado totalmente dos efeitos da crise de 2001. A falta de confiança dos investidores em relação ao governo LULA e aos desdobramentos da crise ainda não havia sido completamente superada.

No ano de 2003 completou-se este processo de superação da crise. O BC publicou em seu Relatório de Estabilidade Financeira em novembro deste mesmo ano a explicação para a retomada da confiança: *“Os mercados financeiros internacionais passaram a apresentar, a partir de meados de março, melhoria nos indicadores de desempenho e rendimento dos principais ativos financeiros, guiados pela evolução do*

nível de atividade nos Estados Unidos e no Japão, pela manutenção da disposição expansionista das políticas monetárias e pela redução de alguns riscos à consolidação da recuperação econômica, representados, naquele momento, pelas incertezas quanto à evolução dos preços internacionais do petróleo e pela preocupação quanto à possibilidade de deflação na economia norte-americana.” (Relatório de Estabilidade Financeira, Vol.2, nº2).

Segundo o Banco Central, a continuidade da política de controle da inflação, garantida pelo novo governo, foi crucial para a retomada da confiança dos investidores internacionais. A Tabela 1.1 nos mostra a evolução dos fluxos de capital internacional no período de 2000-2003 para economias emergentes.

Tabela 1.1 – Fluxos de Capitais para Economias Emergentes.

| Discriminação | US\$ bilhões | | | |
|---|--------------|-------|-------|--------------------|
| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 ^{1/} |
| Fluxo líquido de capital total | 55,1 | 77,8 | 97,6 | 112,8 |
| América Latina e Caribe | 44,6 | 57,0 | 20,2 | 39,7 |
| Capital oficial total | -14,1 | 36,5 | 12,4 | 6,5 |
| América Latina e Caribe | -10,1 | 23,2 | 14,0 | 13,9 |
| Capital privado total | 69,2 | 41,3 | 85,2 | 106,3 |
| América Latina e Caribe | 54,7 | 33,8 | 6,2 | 25,8 |
| Investimento direto líquido | 165,6 | 180,1 | 142,2 | 136,0 |
| América Latina e Caribe | 68,1 | 69,0 | 40,0 | 28,9 |
| Investimento e portfólio líquido | 2,5 | -45,9 | -46,1 | -10,2 |
| América Latina e Caribe | 8,0 | -7,7 | -7,2 | -0,8 |
| Outros capitais privados | -98,9 | -92,9 | -10,9 | -19,5 |
| América Latina e Caribe | -22,1 | -27,5 | -26,6 | |
| | | | -2,3 | |

Fonte FMI (WORLD Economic Outlook-Setembro 2003)

1/ Projeção

No Brasil, a retomada da confiança dos investidores internacionais nos primeiros anos do governo Lula reflete no aumento do fluxo líquido de capital total que estava em US\$20 bilhões em 2002 e em 2003 já havia aumentado para US\$ 39,7 bilhões.

1.2 – O período de Expansão do Ciclo de Liquidez Internacional e de reestruturação do Sistema Financeiro Nacional.

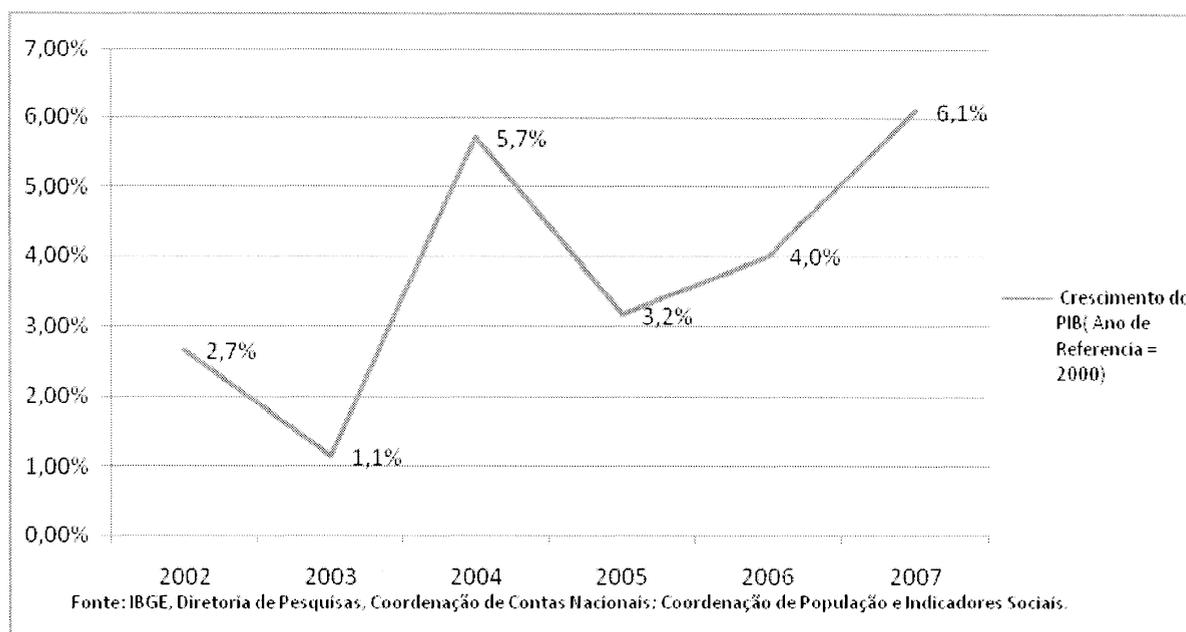
No ano de 2004 temos o início de um ciclo de expansão da liquidez internacional que só foi interrompido na crise financeira global de 2008, que teve origem no mercado *sub-prime* de hipoteca nos EUA. A continuidade da política macroeconômica e alguns sinais positivos que a economia mundial passou a sinalizar no ano de 2004 abriram espaço para um período de ampliação do sistema financeiro nacional. O seguinte trecho do Relatório de Estabilidade financeira de novembro de 2004 mostra como o BC já estava redefinido suas expectativas em relação ao rumo da economia:

“O efeito potencial dessas mudanças no cenário mundial sobre Sistema Financeiro Nacional(SFN),entretanto, foi mitigado pela credibilidade alcançada pela gestão macroeconômica. Eses fatores, aliados à percepção subsequente de que a política de aperto monetário nos Estados Unidos seria conduzido com gradualismo, favorecem, ao final do semestre, a redução da volatilidade nos mercados de câmbio e juros e a recuperação do risco-país e do Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa)...”(Relatório de Estabilidade Financeira, volume 3, nº2)

O primeiro ponto que devemos destacar é que, de acordo com o Banco Central, o crescimento do PIB acumulado de doze meses em 2004 já era de 5,7% no segundo trimestre do ano (Relatório de Estabilidade Financeira, volume 3, nº2). De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB cresceu 5,2% no ano de 2004, a maior taxa de crescimento anual desde 1994 quando atingiu 5,9% no ano. Do crescimento do ano de 2004, 4,1 pontos percentuais decorreram do mercado interno e 1,1 ponto percentuais do mercado interno. Esta é uma importante característica do período estudado: o crescimento do PIB esteve ancorado no mercado interno.

O gráfico 1.2 mostra a evolução do crescimento do PIB durante o período compreendido entre 2002 e 2007.

Gráfico 1.2 – Evolução da Taxa de Crescimento do PIB durante o período de 2002 a 2007.



Como podemos observar no gráfico 1.2 , após a de absorção do choque provocado pela crise de 2001, quando o PIB cresceu 2,7% em 2002 e 1,1 % em 2003,

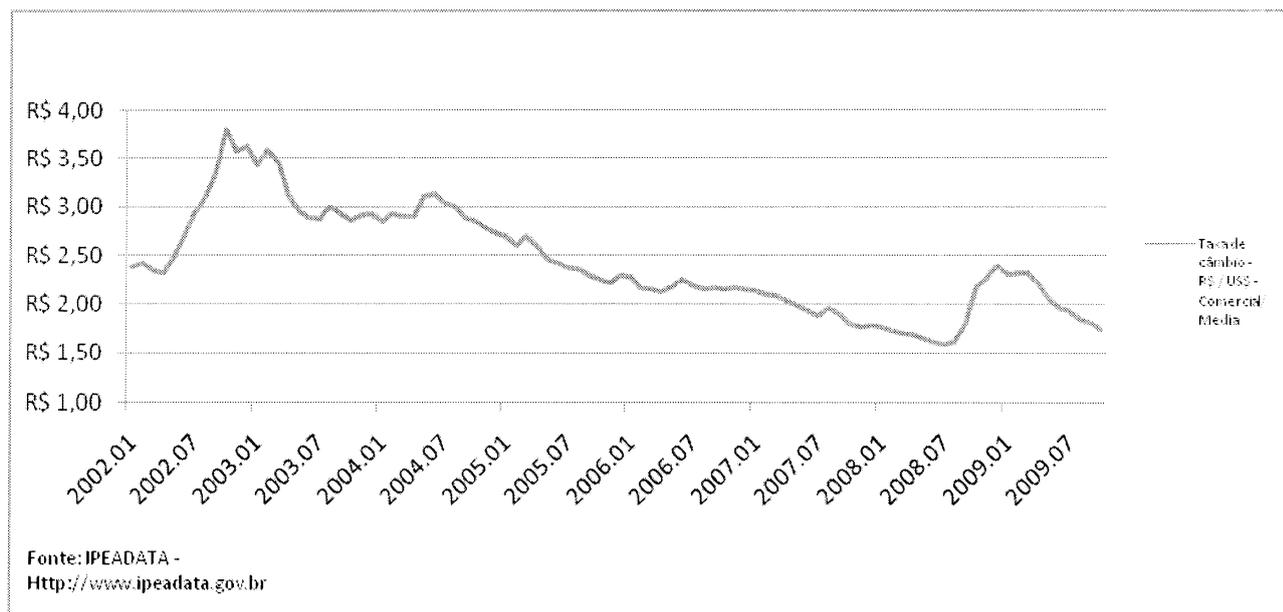
temos um período de crescimento com taxas mais elevadas (2004 a 2007) atingindo 6,1% em 2007- ano que precedeu a crise financeira internacional.

A análise do Produto Interno Bruto por si só não é capaz de sustentar a hipótese de que entre 2004 e 2007 ocorreu ampliação do Sistema Financeiro Nacional. Mas já no Relatório Anual de 2004 o próprio Banco Central coloca que o crescimento do PIB, principalmente no setor industrial, estava relacionado com a ampliação da oferta de crédito pelo Sistema Financeiro Nacional :

“O setor industrial cresceu 6,2% em 2004, refletindo os desempenhos positivos em todos os subsetores. À exceção do extrativo mineral. A indústria de transformação cresceu 7,7% no ano, resultado associado, sobretudo, à expansão do crédito, que alavancou a produção de bens de consumo duráveis para o mercado interno e à continuidade do crescimento das exportações de bens manufaturados.” (Boletim do Banco Central, volume 40).

Além da taxa de crescimento do PIB durante o período analisado, a taxa de câmbio do real em relação ao dólar é outra variável que reflete a evolução dos fluxos de capitais internacionais. O gráfico 1.3 mostra a evolução da taxa de câmbio durante o período de 2002 à 2009:

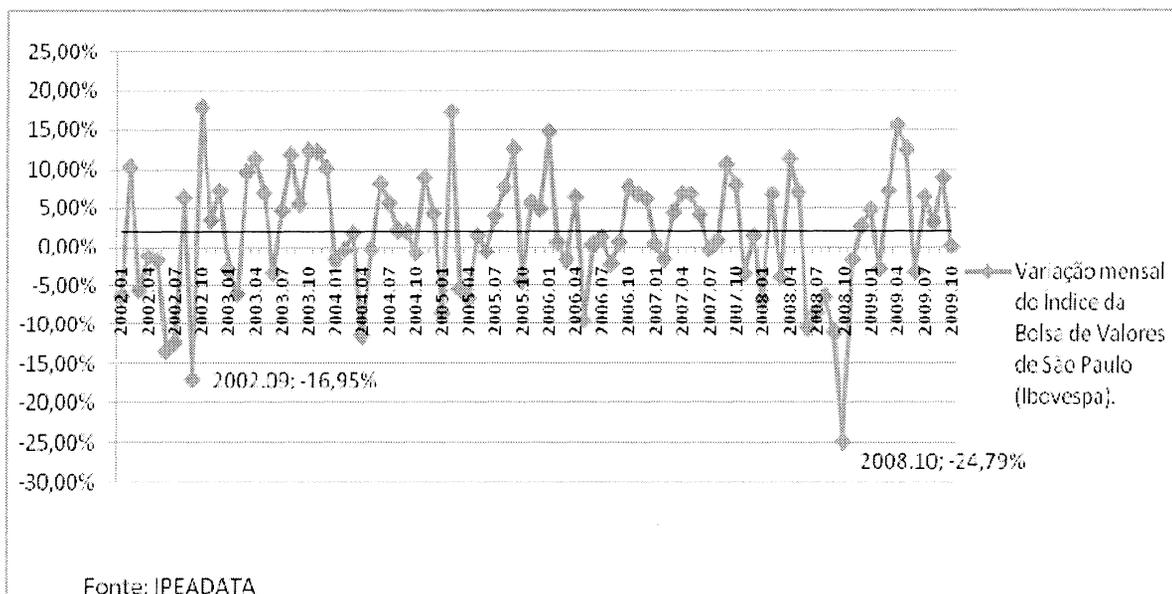
Gráfico 1.3 – Evolução da Taxa de Câmbio Média para Venda no período 2002 à 2009(Dólar Comercial).



Como podemos observar no gráfico 1.3, o período entre 2003 e meados de 2008 é marcado por uma baixa volatilidade na taxa de câmbio e por uma tendência de valorização do real. A taxa de câmbio nominal média no ano de 2003 foi de R\$ 3,07 para cada dólar e em 2008 a taxa média já estava em torno de R\$ 1,83 para cada dólar.

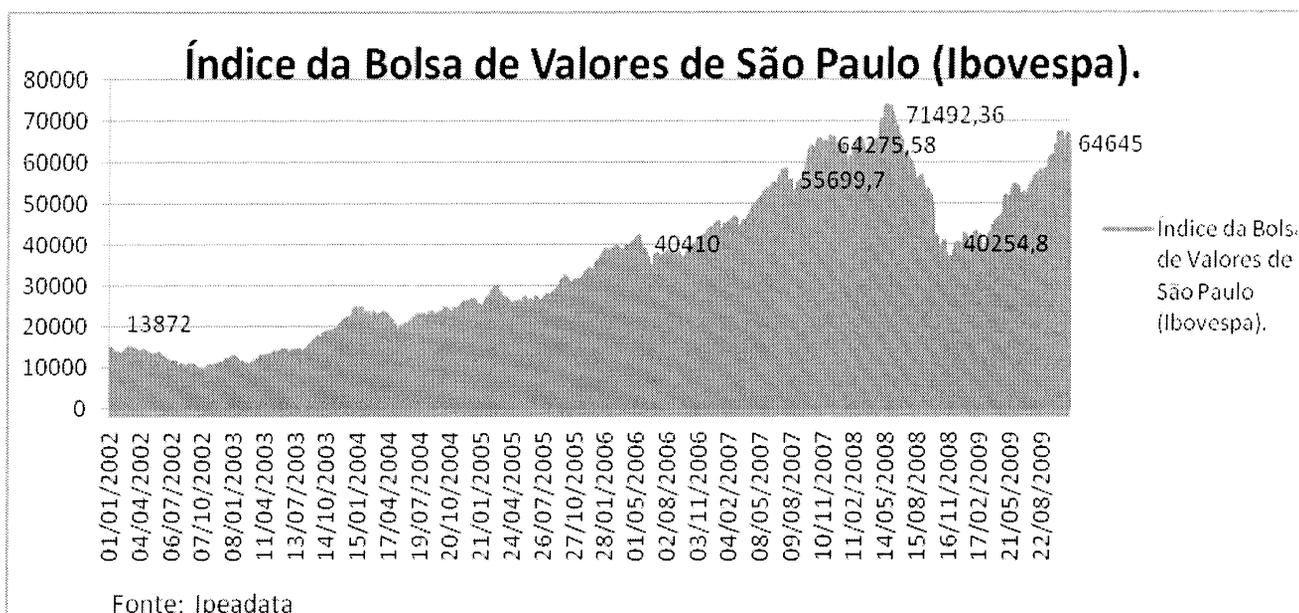
A evolução do IBOVESPA durante o período “após 2002” também nos mostra como o período entre 2004 e 2008 é marcado pela expansão da liquidez no sistema financeiro nacional. A evolução do índice IBOVESPA reflete este processo de ampliação da liquidez.

Gráfico 1.4 – Variação Mensal do Índice da Bolsa de Valores de São Paulo no período 2002 – 2009.



Como podemos observar no gráfico 1.4 o período entre 2002 à 2009 é marcado por uma baixa volatilidade e por variações positivas no IBOVESPA. Mesmo com a alta volatilidade deste índice podemos perceber que há certa estabilidade da taxa de variação mensal do IBOVESPA. Reflexo deste processo de ampliação da liquidez na economia nacional. O gráfico 1.5 nos mostra a evolução do índice (em pontos) durante o período de estudo.

1.5 – Índices da Bolsa de Valores de São Paulo (IBOVESPA). 2002 - 2009

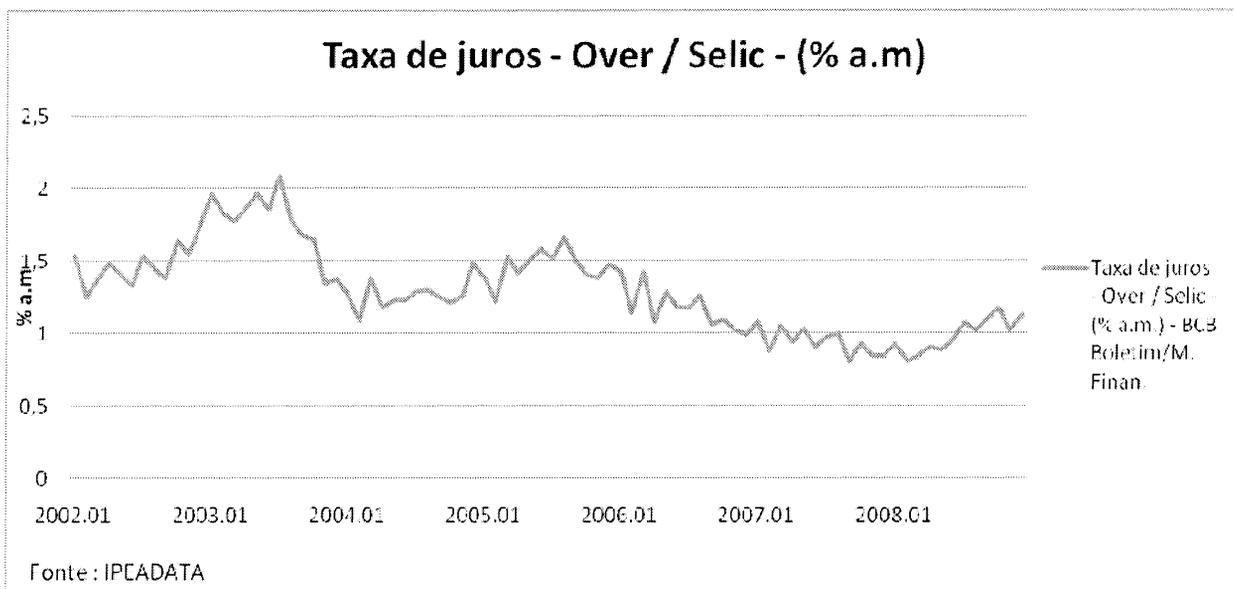


Como podemos observar no início de 2002 o IBOVESPA estava na casa dos 10 mil pontos. É claro no gráfico que durante o período o índice da bolsa de valores ampliou de forma considerável e em 2008, antes da crise, o índice atingiu a marca de dos 70 mil pontos. Há outras variáveis que determinam a evolução do IBOVESPA, porém para que este processo de ampliação do índice ocorra é necessário um ambiente macroeconômico extremamente favorável.

O período estudado é marcado por uma ampliação dos fluxos de capitais e da liquidez da economia nacional. A evolução consistente deste índice durante este período é um dos reflexos das condições macroeconômicas favoráveis.

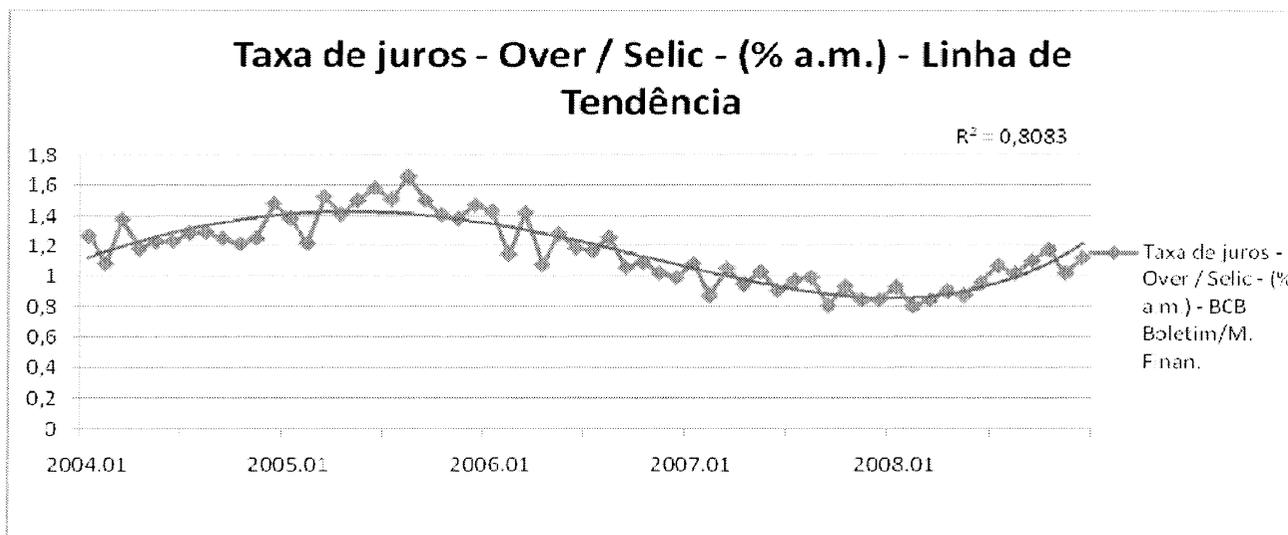
A última variável que iremos utilizar para ilustrar as características macroeconômicas do período estudado é a taxa de juros. O gráfico a seguir nos mostra o comportamento da taxa de juros nominal mensal (Over/Selic) durante o período estudado:

Gráfico 1.6 – Evolução da taxa de Juros Selic mensal durante o período de 2002 a 2004.



A taxa de juros Selic é a taxa básica de juros na economia brasileira. O Banco Central utiliza esta taxa basicamente para duas funções: controle de Inflação e gestão das reservas internacionais. Como podemos observar no gráfico acima o período estudado pode ser dividido em duas partes. A primeira, que corresponde aos anos de 2002 e 2003, é marcada por taxas de juros mensais acima de 1,5% ao mês, conseqüência da crise de 2001. A segunda parte é marcada por uma menor volatilidade das taxas de juros, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 1.7 – Evolução da Taxa Selic no período 2004 a 2008 e Linha de tendência.



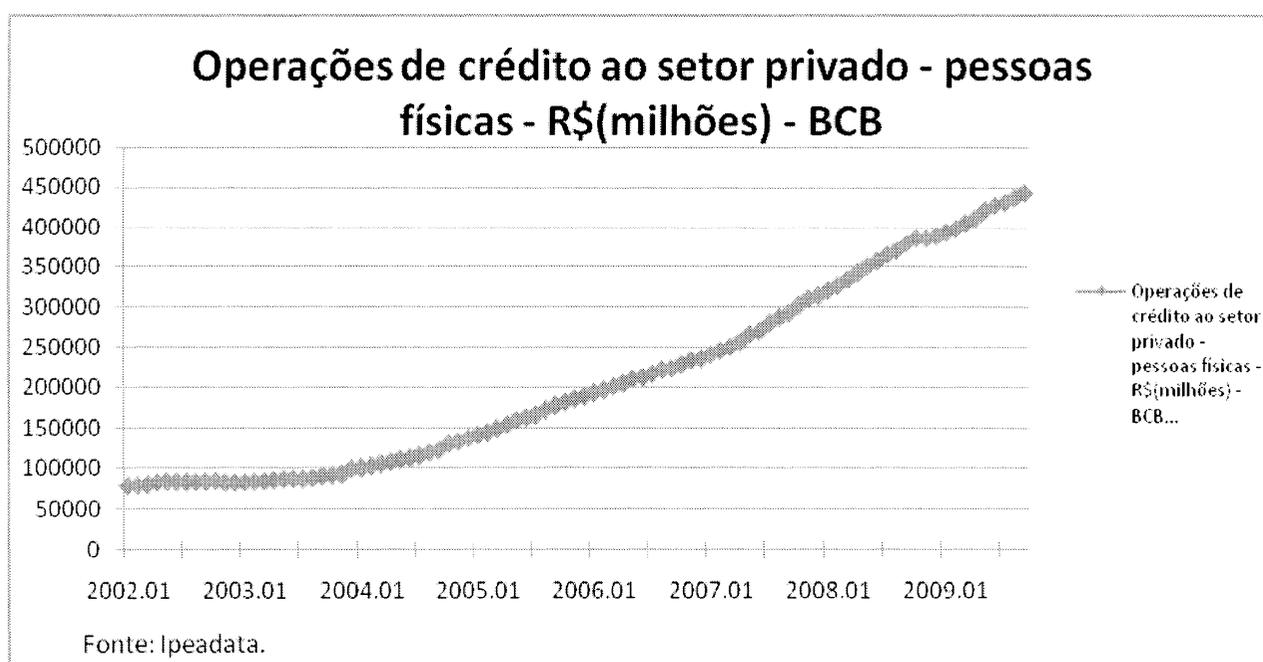
Como podemos observar, a linha de tendência deste período é próxima a uma senóide extremamente suave. A baixa volatilidade da taxa de juros é propícia ao crescimento do crédito no sistema financeiro nacional.

Uma das críticas que cabe à política econômica realizada durante este período é que ela não abriu espaço para uma redução da taxa de juros nem do spread bancário. No entanto, apesar das altas taxas de juros que marcam este período, houve uma redução, lenta, da taxa Selic. No Relatório de Estabilidade Financeira de novembro de 2006, o BC explica este processo de redução:

“A manutenção da austeridade fiscal, amenos vulnerabilidade externa e a condução da política monetária ensejaram reduções contínuas das expectativas inflacionárias para 2006, que, em 1º de setembro, indicava 3,63%. O ambiente de baixa inflação e de expectativas inflacionárias contidas, o desempenho da atividade abaixo do esperado e a manutenção do nível de utilização da capacidade instalada em torno de 81,5% favoreceram o declínio da curva de juros ao longo do período.” (Relatório de Estabilidade Financeira, volume cinco, nº2).

O resultado das mudanças institucionais e da gestão da política macroeconômica pode ser avaliado quando olhamos o comportamento do crédito. Veremos que neste período houve um aumento significativo nas operações de crédito. Como um dos objetivos deste estudo é mostrar a importância dos correspondentes bancários nesta nova organização e na nova dinâmica do sistema financeiro nacional, escolhemos o crédito destinado à pessoa física para ilustrar o comportamento do crédito neste período. O gráfico 1.8 mostra as operações de crédito do sistema financeiro destinadas às pessoas físicas:

Gráfico 1.8 – Evolução das operações de crédito para pessoa física durante o período de 2002 a 2009, milhões de reais.



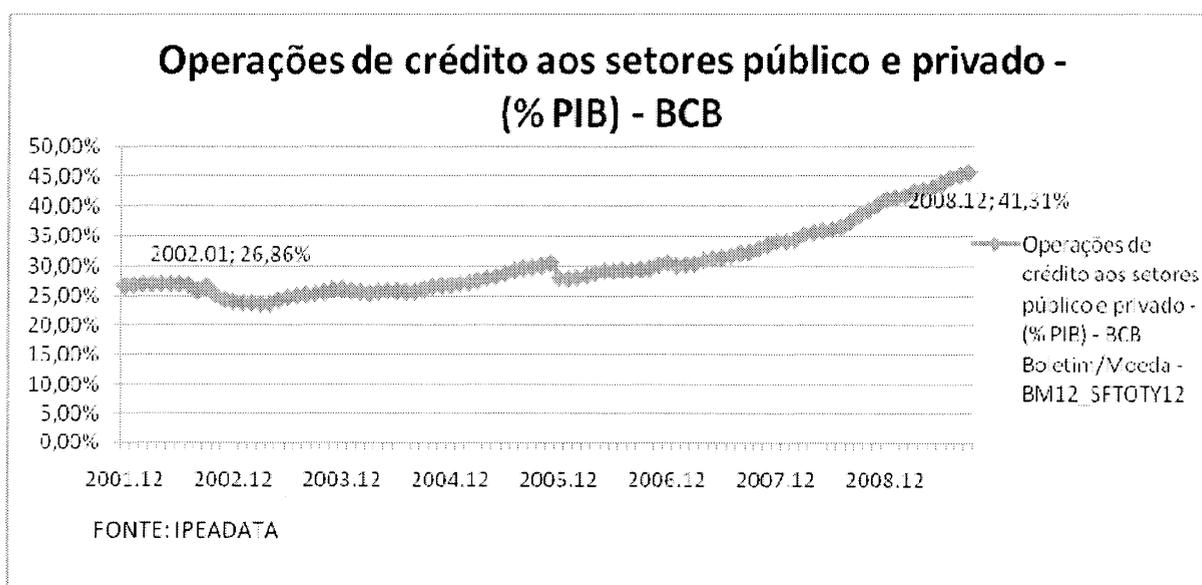
Observando o gráfico 1.8 percebemos que a partir do ano de 2004 o volume de operações de crédito para pessoa física estava próximo de 100 bilhões de reais e no

começo de 2009, apesar da crise financeira global de 2008, o volume de operações em já ultrapassava os 400 bilhões de reais.

Outro indicador muito eficiente para mostrar como evoluíram as operações de crédito é o volume de operações de crédito dos setores públicos e privados em relação ao PIB. O gráfico 1.9 nos mostra este indicador:

Gráfico 1.9 - Operações de crédito aos setores público e privado - (% PIB) –

BCB



Quando observamos o gráfico 3.9 podemos constatar que o volume de crédito em relação ao PIB cresceu de forma considerável. Em janeiro de 2002 o volume de crédito estava em 26,86% do PIB. Em dezembro de 2008, após a crise financeira do mercado sub-prime, o volume de crédito era de 41,31% do PIB. Uma das características deste período é que há um forte aumento no volume de crédito do sistema financeiro nacional.

Um último ponto que merece a nossa atenção é que os Relatórios de Estabilidade Financeira do Banco Central do Brasil de 2007 já mostravam a

preocupação com a crise que há muito tempo “já era esperada”, como veremos no trecho a seguir:

“A partir do final do mês de julho, o agravamento da crise do setor de hipotecas de alto risco nos Estados Unidos e as incertezas de seus efeitos sobre o lado real da economia global elevaram a volatilidade dos mercados financeiros. O risco-país, que mostrou forte declínio até meados de junho, terminou o período no mesmo patamar do final de 2006.” (Relatório de Estabilidade Financeira, vol. 6, nº2)

Como podemos observar no gráfico 1.9, mesmo após a crise, o volume de crédito destinado à pessoa física atingiu em setembro de 2009 443 bilhões de reais. A ação dos bancos públicos foi crucial para a obtenção desse resultado.

1.3 - Conclusões

Os primeiros dois anos deste estudo são marcados por um processo de superação dos resquícios da crise financeira de 2001, onde as expectativas em relação ao futuro da nossa economia (tanto por causa da crise, quanto por causa da eleição do presidente Lula) eram incertas e a liquidez internacional era extremamente baixa.

Após 2002, observamos um novo ciclo de liquidez e a retomada dos fluxos de capitais internacionais. O resultado deste novo cenário é um período que se inicia em 2004 onde as condições macroeconômicas são favoráveis a um novo ciclo de ampliação do sistema financeiro nacional. O PIB passa a crescer mais vigorosamente neste período, a taxa de câmbio passa a ter um comportamento menos volátil e a taxa de juros, mesmo que suavemente, passa a ter uma tendência de queda. A expansão do crédito é um pilar do processo de expansão.

Entre 2002 e 2008 ocorreram mudanças significativas que transformaram a organização e a dinâmica do sistema financeiro nacional, Além da forte tendência à concentração do mercado de crédito e de depósitos, o correspondente surge como parte de uma transformação do sistema financeiro nacional e é um dos fatores responsáveis pela ampliação do acesso das camadas de baixa renda ao sistema financeiro nacional e pela ampliação do acesso ao sistema bancário de regiões geograficamente distantes do centro financeiro do sistema, São Paulo.

A ampliação recente do número de correspondentes bancários no Brasil não pode ser entendida sem uma análise da evolução do mercado de crédito nacional. Nosso objetivo nos próximos capítulos será demonstrar a hipótese de que a ampliação da rede de correspondentes se dá durante um processo de consolidação do sistema financeiro nacional com ampliação do acesso ao sistema bancário.

A figura do correspondente bancário, peça central deste estudo, se expande em um período de reestruturação, de ampliação e de consolidação do sistema financeiro nacional. Podemos afirmar que o correspondente tem papel fundamental no processo de expansão do crédito.

Capítulo 2 - Acesso Financeiro e Bancarização.

As mudanças institucionais promovidas pelo governo federal desde os anos de 1990 tinham como objetivos a inclusão bancária e a expansão do crédito e dos serviços bancários à população de baixa renda (MADI e GONÇALVES, 2005). Nesse sentido, podemos considerar o período pós-2002 como sendo um marco na história bancária do Brasil, isso porque nesta época temos a flexibilização do acesso aos bancos e aos créditos no Brasil, chamado também de processo de bancarização estimulado pelo Banco Mundial (KUMAR e BECK, 2005). A utilização de estratégias de inclusão bancária como forma de inclusão social é uma experiência recente e tem mostrado importantes resultados.

Dentre as mudanças que possibilitaram a flexibilização do acesso aos bancos pelas camadas de mais baixa renda observa-se a criação das chamadas contas correntes e contas poupanças simplificadas, isentas de tarifas e sem a necessidade de comprovação de renda e de endereço (COSTA, 2007). A outra mudança fundamental foi o processo de expansão dos correspondentes bancários para entender o chamado processo de “bancarização” são os chamados correspondentes bancários. A Resolução nº 3.110, de 31 de julho de 2003¹, do Banco Central do Brasil (BACEN), expande a atuação dos correspondentes bancários como sendo empresas (integrantes ou não do Sistema Financeiro Nacional) que prestam serviços a instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

¹ A criação dos correspondentes bancários ocorre em um período anterior a 2002, porém apenas com a nova configuração do sistema financeiro nacional e com a resolução nº. 3.110 é que o papel dos correspondentes bancários ganha importância no sistema bancário.

2.1 – Organizações do Sistema Financeiro Nacional e espacialização do atendimento bancário

A década de 90 é marcada, do ponto de vista do Sistema Financeiro Nacional (SFN), por uma contração no número de agências bancária no país. De acordo com o relatório do Banco Mundial em 1994 o número de agências era de 17.400. Em 1998 o total de agencias somava 16.000 .

Este processo de contração do número de agências pode ser explicado pelo processo de privatização dos bancos públicos e pelo processo de fusão e aquisição dos bancos privados que ocorreram durante a década de 90. O primeiro ponto interessante é que esta redução do número de agência não significa que houve uma queda no nível de acesso aos serviços bancários oferecidos. O declínio do número de agencias foi acompanhado por uma expansão de novos tipos de “pontos de serviço” (service points). A evolução da Tecnologia de informação bancária levou , de certa forma, à ampliação do acesso aos serviços financeiro: em 1994 eram 3.500 caixas eletrônicos no Brasil, e em 1992 este número já havia saltado para 22.500. Após este período de contração e ajuste, em 2002, o número de agências já havia retornado aos patamares de 1994, o que de certa forma nos mostra que o processo de reestruturação já havia terminado.

Após a reestruturação dos serviços bancários, observa-se um período em que há uma ampliação efetiva do acesso ao serviços bancários. Mais importante do que isso, há um processo de inclusão das camadas de baixa renda no mercado de serviços financeiros. Este processo de ampliação do acesso popular aos serviços bancários que

chamaremos de bancarização. Processo que se inicia em 2002 pode ter terminado com a crise mundial que eclodiu em 2008, mas isso será discutido mais adiante.

Tabela 2.1 - Quantitativos de instituições por segmento.

Banco Central do Brasil
Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro
Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Quantitativo de instituições por segmento

| Segmento | Sigla | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2008 | 2008 | 2008 | 2008 | 2008 | 2008 | 2008 |
|--|-----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | | Dez | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | |
| Banco Múltiplo | BM | 153 | 143 | 141 | 139 | 135 | 137 | 135 | 133 | 137 | 135 | 132 | 139 | 139 | 139 | 140 |
| Banco Comercial ¹⁾ | BC | 28 | 23 | 23 | 24 | 22 | 21 | 20 | 20 | 20 | 20 | 20 | 19 | 18 | 18 | 18 |
| Banco de Desenvolvimento | BD | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 |
| Caixa Econômica | CE | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Banco de Investimento | BI | 20 | 23 | 21 | 21 | 20 | 19 | 17 | 19 | 19 | 19 | 19 | 19 | 19 | 19 | 17 |
| Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento | SCFI | 42 | 48 | 47 | 48 | 50 | 51 | 52 | 53 | 57 | 53 | 55 | 55 | 55 | 55 | 56 |
| Sociedade Corretora de Títulos e Valores Mobiliários | SCTVM | 177 | 181 | 147 | 139 | 133 | 118 | 107 | 107 | 107 | 107 | 107 | 107 | 108 | 107 | 107 |
| Sociedade Corretora de Câmbio | SCC | 43 | 42 | 43 | 47 | 45 | 48 | 48 | 48 | 48 | 48 | 48 | 48 | 48 | 48 | 45 |
| Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários | SDTVM | 159 | 151 | 143 | 138 | 134 | 133 | 135 | 133 | 133 | 133 | 133 | 133 | 133 | 133 | 133 |
| Sociedade de Arrendamento Mercantil | SAM | 72 | 85 | 58 | 51 | 45 | 41 | 38 | 37 | 37 | 38 | 38 | 38 | 38 | 38 | 38 |
| Sociedade de Crédito Imobiliário ²⁾ e Associação de Poupança e Empréstimo | SCI e APE | 18 | 18 | 18 | 18 | 18 | 19 | 19 | 19 | 19 | 19 | 19 | 19 | 17 | 17 | 18 |
| Companhia Hipotecária | CH | 7 | 8 | 8 | 8 | 8 | 8 | 8 | 8 | 8 | 8 | 8 | 8 | 8 | 8 | 8 |
| Agência de Fomento | AG FOM | 9 | 10 | 11 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 |
| | Subtotal | 733 | 693 | 666 | 646 | 628 | 606 | 591 | 594 | 599 | 598 | 598 | 598 | 595 | 594 | 593 |
| Cooperativa de Crédito | COOP | 1.379 | 1.430 | 1.454 | 1.435 | 1.439 | 1.462 | 1.485 | 1.488 | 1.457 | 1.481 | 1.480 | 1.480 | 1.457 | 1.453 | 1.453 |
| Sociedade de Crédito ao Microempreendedor | SCM | 23 | 37 | 49 | 51 | 55 | 58 | 52 | 48 | 47 | 47 | 48 | 48 | 48 | 48 | 47 |
| | Subtotal | 2.135 | 2.168 | 2.169 | 2.133 | 2.122 | 2.114 | 2.108 | 2.108 | 2.103 | 2.106 | 2.104 | 2.100 | 2.096 | 2.093 | 2.093 |
| Sociedade Administradora de Consórcios | CCNS | 399 | 378 | 365 | 354 | 342 | 333 | 329 | 324 | 320 | 319 | 317 | 317 | 315 | 317 | 317 |
| | Total | 2.534 | 2.536 | 2.534 | 2.497 | 2.464 | 2.447 | 2.437 | 2.432 | 2.423 | 2.425 | 2.421 | 2.417 | 2.414 | 2.410 | 2.410 |

Fonte: Unicid.

1) Inclui os bancos estrangeiros (filiais no país).

2) Inclui as Sociedades de Crédito Imobiliário - Resgatadoras (SCI/R) que não podem captar recursos junto ao público.

Após 2002 há uma certa “estabilidade” na organização do mercado financeiro nacional, quando analisamos o quantitativo de instituições por segmento. No final de 2003 o número de bancos múltiplos era de 141 bancos e em dezembro de 2008 era de 140 instituições. Um aspecto importante que podemos ponderar é que o processo de ampliação do acesso ao sistema financeiro nacional não é acompanhado por um aumento no número de instituições que competem neste mercado.

Tabela 2.2 – Rede de atendimento

| Período | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | Variação 2007/2006 | Variação 2007/2000 |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|---------|---------|---------------------|-----------------------|-----------------------|
| Número de agências | 16.396 | 16.841 | 17.049 | 16.829 | 17.260 | 17.515 | 18.067 | 18.308 | 1,3% | 11,7% |
| Postos tradicionais ¹ | 9.495 | 10.241 | 10.140 | 10.045 | 9.837 | 9.527 | 10.220 | 10.427 | 2,0% | 9,8% |
| Postos eletrônicos | 14.463 | 16.748 | 22.428 | 24.387 | 25.695 | 27.405 | 32.776 | 34.790 | 6,1% | 140,7% |
| Correspondentes ² | 13.731 | 18.653 | 32.511 | 36.474 | 45.035 | 69.546 | 73.031 | 84.332 ³ | 15,5% | 514,2% |
| Total de dependências | 54.075 | 62.463 | 82.129 | 87.715 | 98.727 | 123.993 | 134.094 | 147.857 | 10,3% | 173,4% |

Fonte: Banco Central do Brasil / Desig

(1) Inclui Postos de Atendimento Bancário (PAB), Postos de Arrecadação e Pagamentos (PAP), Postos Avançados de Atendimento (PAA), Postos de Atendimento Cooperativo (PAC), Postos de Atendimento ao Microcrédito, Postos Avançados de Crédito Rural (PACRE), Postos de Compra de Ouro (PCO) e Unidades Administrativas Desmembradas (UAD)

(2) Fonte: Febracian e Banco Central do Brasil

³ Pesquisa Febracian

A tabela 2.2 nos mostra claramente como ocorreu a ampliação deste acesso aos serviços bancários. Em 2000 o número total de dependências era de 54.075, em 2007 este número passou para 147.857 uma variação de 173,4%. Quando analisamos o aspecto qualitativo desta mudança percebemos que nesta década o número de agências saltou de 16.396 em 2000 para 18.306 em 2007, uma variação relativamente pequena de 11,70%. O que nos chama atenção é o aumento significativo do número de postos eletrônicos que variou 140,7% e do número de correspondentes onde o aumento foi de 514,2%.

O elevado custo de implantação de uma agência bancária explica o processo de diversificação de canais de atendimento. Isto faz com que os canais alternativos de acesso aos serviços financeiros como os correspondentes e os postos eletrônicos ganhem mais destaque neste processo de ampliação da rede de atendimento. Outro ponto importante é que as agências bancárias não estão uniformemente distribuídas

pele território nacional. A região Sudeste concentra grande parte das agências do nosso território. Em 2002, de acordo com o banco central, o Sudeste concentrava mais da metade (aproximadamente 56%) das agências nacionais. É por isso que quando saímos do Sudeste os canais alternativos de atendimento ganham mais importância. Como observaremos na tabela 2.3, há uma grande diferença entre o número de agências em cada estado. Um exemplo: Amazonas, o estado com o maior território da federação tem apenas 159 agências bancárias e São Paulo, o estado mais rico da federação concentra em seu território 6.292 agências. Em estados nos quais há um menor número de agências aumenta a importância dos canais alternativos de atendimento como os correspondentes bancários.

Tabela 2.3 – Atendimento Bancário no País – dependências

Banco Central do Brasil
 Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro
 Departamento de Organização
 Atendimento bancário no País - dependências

| UF | Posição em 30.11.2008 | | | | | | | Posição em 31.12.2008 | | | | | | |
|---------------------|-----------------------|---------------|--------------|--------------------------|------------------------------|--------------|------------------------------|-----------------------|---------------|--------------|--------------------------|------------------------------|--------------|------------------------------|
| | Nº de munic. | Total Agên. | Total PAB | Municip. com uma agência | Municip. com PAB e sem agên. | Total PAA | Municip. sem agên. e sem PAB | Nº de munic. | Total Agên. | Total PAB | Municip. com uma agência | Municip. com PAB e sem agên. | Total PAA | Municip. sem agên. e sem PAB |
| Acre | 22 | 37 | 12 | 5 | 1 | 3 | 12 | 22 | 37 | 12 | 5 | 1 | 4 | 12 |
| Aleagoas | 102 | 131 | 42 | 30 | 1 | 45 | 58 | 102 | 134 | 42 | 30 | 1 | 50 | 58 |
| Amapá | 16 | 33 | 24 | 3 | | 8 | 10 | 16 | 33 | 24 | 3 | | 10 | 10 |
| Amazonas | 62 | 159 | 154 | 16 | | 23 | 38 | 62 | 159 | 154 | 16 | | 23 | 38 |
| Bahia | 417 | 737 | 254 | 163 | 2 | 137 | 150 | 417 | 800 | 254 | 163 | 2 | 138 | 150 |
| Ceará | 184 | 385 | 99 | 53 | | 74 | 77 | 184 | 388 | 98 | 53 | | 74 | 77 |
| Distrito Federal | 17 | 336 | 223 | 4 | | | 3 | 17 | 336 | 228 | 4 | | | 3 |
| Espírito Santo | 78 | 384 | 80 | 20 | | | 1 | 78 | 386 | 81 | 20 | | | 1 |
| Goiás | 246 | 581 | 149 | 58 | 3 | 75 | 121 | 246 | 586 | 149 | 58 | 3 | 81 | 121 |
| Maranhão | 217 | 239 | 53 | 58 | | 91 | 128 | 217 | 241 | 53 | 58 | | 95 | 128 |
| Mato Grosso | 141 | 262 | 58 | 35 | 1 | 31 | 63 | 141 | 266 | 58 | 36 | 1 | 34 | 62 |
| Mato Grosso do Sul | 78 | 239 | 52 | 25 | | 18 | 17 | 78 | 242 | 52 | 25 | | 18 | 17 |
| Minas Gerais | 853 | 1.930 | 576 | 284 | 5 | 176 | 332 | 853 | 1.933 | 572 | 284 | 5 | 188 | 332 |
| Pará | 143 | 315 | 133 | 27 | 7 | 51 | 63 | 143 | 320 | 132 | 26 | 7 | 58 | 63 |
| Paraíba | 223 | 186 | 47 | 42 | | 80 | 194 | 223 | 186 | 47 | 42 | | 66 | 194 |
| Paraná | 399 | 1.309 | 468 | 86 | 14 | 84 | 120 | 399 | 1.322 | 468 | 86 | 14 | 66 | 120 |
| Pernambuco | 185 | 504 | 165 | 77 | | 54 | 58 | 185 | 507 | 167 | 77 | | 58 | 58 |
| Piauí | 223 | 128 | 38 | 29 | | 46 | 207 | 223 | 128 | 38 | 29 | | 51 | 207 |
| Rio de Janeiro | 92 | 1.813 | 566 | 8 | | 1 | | 92 | 1.824 | 570 | 8 | | 1 | 1 |
| Rio Grande do Norte | 167 | 156 | 38 | 28 | | 44 | 128 | 167 | 157 | 38 | 28 | | 47 | 128 |
| Rio Grande do Sul | 496 | 1.518 | 497 | 100 | 1 | 120 | 171 | 496 | 1.523 | 492 | 99 | 1 | 120 | 171 |
| Roraima | 52 | 95 | 17 | 15 | | 17 | 28 | 52 | 96 | 17 | 15 | | 17 | 28 |
| Roraima | 15 | 19 | 12 | 3 | | 6 | 11 | 15 | 20 | 13 | 3 | | 6 | 11 |
| Santa Catarina | 293 | 904 | 355 | 71 | 55 | 7 | 15 | 293 | 915 | 367 | 71 | 55 | 8 | 15 |
| São Paulo | 645 | 6.292 | 2.519 | 184 | 16 | 84 | 50 | 645 | 6.343 | 2.528 | 184 | 18 | 91 | 50 |
| Sergipe | 75 | 168 | 52 | 22 | 1 | 12 | 28 | 75 | 168 | 52 | 22 | 1 | 14 | 28 |
| Tocantins | 139 | 92 | 28 | 15 | | 41 | 124 | 139 | 92 | 28 | 15 | | 42 | 124 |
| Total | 5.680 | 19.013 | 8.738 | 1.461 | 109 | 1.288 | 2.199 | 5.580 | 19.142 | 8.760 | 1.460 | 109 | 1.359 | 2.199 |

Fonte: Unicaid

Um bom indicador para verificar a distribuição das agências pelo território brasileiro é a relação entre área e agência. De acordo com o relatório do banco mundial em 2000 o sudeste, que concentra grande parte das agências bancárias, tem uma agência a cada 99 Km² enquanto a região norte tem uma agência para cada 6.644 km². Esta diferença de densidade de agências bancária em cada região torna mais importante os canais alternativos de atendimento.

Tabela 2.4: Densidade de Agências por Região.

| Densidade de Agências por região. | Pib per capita | | Pib por agência | | População por agência | | Pop. Por Agência | | Área/Agência |
|-----------------------------------|----------------|---------------|-----------------|--------|-----------------------|-------|------------------|-------|--------------|
| | 2000(R\$) | 2000(R\$ mil) | 1996(R\$ mil) | 1996 | 2000 | 1996 | 2000 | 2002 | |
| Norte | 3.907 | 90,5 | 87,6 | 17.501 | 23.161 | 645 | 557 | 580 | 6.644 |
| Nordeste | 3.014 | 61,8 | 60,3 | 17.459 | 20.516 | 2.546 | 2.327 | 2.396 | 649 |
| Suldeste | 8.774 | 71,1 | 68,4 | 8.090 | 8.098 | 8.281 | 8.942 | 9.361 | 99 |
| Sul | 7.692 | 57,2 | 56 | 6.835 | 7.437 | 3.440 | 3.376 | 3.450 | 167 |
| Centro-Oeste | 6.558 | 63,9 | 60,8 | 8.071 | 9.746 | 1.301 | 1.194 | 1.262 | 1.273 |

Fonte: Banco Central, IPEA e IBGE

Como podemos verificar a ampliação do acesso aos serviços financeiros ocorrem basicamente por ampliação dos canais alternativos de acesso ao invés da ampliação da rede de agências (Gonçalves, Madi e Krein, 2009). Podemos elencar três fatores que explicam este fenômeno.

O primeiro é o avanço evidente que há no setor de Tecnologia de Informação bancária brasileiro. A ampliação do investimento que ocorreu no período entre 2002 e 2004 ilustra muita bem como evoluiu este setor na primeira década deste século. Em 2000 o investimento em TI foi de, aproximadamente, 2,9 bilhões de reais e em 2004 o

investimento já estava na casa dos 4,2 bilhões de reais. Sem esta tecnologia e esta política de investimento não seria possível um processo de ampliação do acesso aos serviços bancários como ocorreu no período estudado. Em 2007 o resultado desta política de é a cifra de investimento em TI que chegou a casa dos 14 bilhões de reais. Um número bastante significativo e que retrata bem este primeiro fator.

Tabela 2.5 – Investimento dos Bancos em TI 2000-2004.

| R\$ milhões | | | | | | Variação |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-----------|
| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2004/2003 |
| Hardware | 1.331 | 1.476 | 1.610 | 1.843 | 2.010 | 9% |
| Equipamentos / Linhas de comunicações | 431 | 301 | 193 | 581 | 384 | -34% |
| Softwares adquiridos de terceiros | 517 | 509 | 699 | 779 | 850 | 9% |
| Softwares desenvolvidos no próprio banco | 613 | 838 | 1.035 | 997 | 967 | -3% |
| Total | 2.892 | 3.124 | 3.537 | 4.200 | 4.211 | 0% |

Fonte: Febraban

Tabela 2.6 – Despesas e Investimento em tecnologia realizado em 2007.(em milhões de reais)

Despesas e investimentos em tecnologia realizados em 2007

| Especificação | Descrição | Realizado em 2005 | % | Realizado em 2006 | % | Orçado para 2007 | % | Realizado em 2007 | % |
|-----------------------|---|-------------------|---|-------------------|----|------------------|----|-------------------|-----|
| Evolução anual | | | | 2005 / 2006 | 17 | 2006 / 2007 | 10 | 2006 / 2007 | 16% |
| Hardware | Mainframes, PC's, ATM's, storages, robôs, etc. (aluguéis, leasings, contratos de serviços, salários, encargos, etc) | | | | | | | 2.506 | 17% |
| Telecomunicações | Linhas / equipamentos de telecomunicações (aluguéis, leasings, contratos de serviços, salários, encargos, etc) | | | | | | | 2.484 | 17% |
| Software In House | Salários e encargos de profissionais de desenvolvimento, de produção e de outras áreas de TI (aluguéis, leasings, contratos de serviços, salários, encargos, etc) | | | | | | | 1.594 | 11% |
| Outras áreas de TI | Salários e encargos de profissionais de outras áreas de TI (aluguéis, leasings, contratos de serviços, salários, encargos, etc) | | | | | | | 1.186 | 8% |

| Especificação | Descrição | Realizado em 2005 | % | Realizado em 2006 | % | Orçado para 2007 | % | Realizado em 2007 | % |
|---|--|-------------------|-----|-------------------|-----|------------------|-----|-------------------|-------|
| Outras despesas | Serviços em geral, despesas com instalações físicas, alocação de despesas, despesas gerais, etc (aluguéis, leasings, contratos de serviços, salários, encargos, etc) | | | | | | | 935 | 6% |
| Total Despesas de TI (Imobilizado + despesas Correntes) | | 12.891 | 100 | 14.285 | 100 | 15.467 | 100 | 14.869 | 100 % |
| Evolução anual | | | | 2005 / 2006 | 11 | 2006 / 2007 | 6 | 2006 / 2007 | 4% |

Fonte: FEBRABAN

O segundo fator, não menos importante, remete aos custos de ampliação da rede de agências os quais são muito maiores do que os custos de ampliação dos canais alternativos de atendimento, isto porque os custos fixos de uma agência ainda são consideravelmente elevados em relação aos canais alternativos. Também porque a não utilização de mão de obra sindicalizada confere aos canais alternativos de atendimento um ganho de eficiência considerável. Porém, não podemos restringir a causa do processo de bancarização ao fator custo. Os custos de uma agência bancária são repassados integralmente aos usuários do sistema bancário nacional. Há também um aspecto cultural de aversão às agências bancárias. Há uma certa indentificação com os correspondentes das camadas de baixa renda, que muitas vezes não consegue utilizar a agência para realizar suas transações, seja por causa das barreiras sociais que são colocadas a essas camadas para que ela não utilize a agência.

Por último percebemos que o processo de inclusão das camadas de baixa renda no sistema financeiro nacional consiste em atender a demanda destas classes por serviços financeiros de baixo custo. Algumas regiões do Brasil, como o norte e o nordeste, apresentam cidades ou vilarejos que não possuem renda suficiente para dar viabilidade econômica à agência bancária. Este aspecto nos mostra que a inclusão destas regiões aos serviços financeiros só é possibilitada através dos canais alternativos de atendimento. Observando este processo de ampliação dos canais alternativos de acesso, podemos destacar a figura dos Correspondentes Bancários. No período de 2000 até 2007 o número de correspondentes no Brasil cresceu 514,2% (de acordo com a tabela 2.2). Em 2007 das 147.857 dependências bancárias no Brasil 57% eram correspondentes.

2.2 - O Setor Bancário: Panorama dos Canais de Atendimento.

Podemos dividir os canais de atendimento bancário do SFN em três grupos:

- a. Agências
- b. Postos Tradicionais: De acordo com o BACEN estes postos incluem os Postos de Atendimento Bancário (PAB), de Arrecadação e Pagamentos (PAP), Avançados de Atendimento (PAA) e Unidades Administrativas Desmembradas (UAD).
- c. Postos Alternativos: Postos Eletrônicos e Correspondentes Bancários, que são diferentes dos postos tradicionais por não utilizarem mão de obra ligada aos sindicatos dos bancários.

Estudaremos mais a diante as normas para este processo de expansão das dependências bancárias, porém cabe ressaltar algumas diferenças entre os canais de atendimento. O primeiro ponto que podemos colocar é que os Postos de Atendimentos Tradicionais são dependências bancárias instaladas em recinto interno, de prédio público ou de empresa privada, com a finalidade de prestar serviços para a instituição a onde ele está instalado. Eles utilizam mão de obra sindicalizada e prestam os serviços financeiros para instituição onde o posto de atendimento está instalado. O posto de atendimento tradicional é um “braço” de uma agência dentro de uma instituição pública ou privada.

Um segundo ponto importante é que os horários de funcionamento dos três grupos de canais de atendimento são diferentes para cada grupo. A Agência tem o horário de atendimento rígido de acordo com a regulamentação. Um Posto de Atendimento Tradicional tem um horário mais flexível de acordo com a necessidade da instituição onde ele está instalado. Já um posto Alternativo, tem horários ainda mais flexíveis como os Postos de Atendimento Eletrônico e os correspondentes bancários que funcionam no horário comercial do estabelecimento onde ele se encontra instalado.

Tabela 2.7 – Canais de atendimento de acordo com os tipos de Banco em 2004.

| | Bancos (*) | | Agências (**) | | Postos Tradicionais (**) | | Postos Eletrônicos (**) | | Total de Dependências (***) | |
|-----------------------|------------|---------|---------------|---------|--------------------------|---------|-------------------------|---------|-----------------------------|---------|
| | Quant. | Part. % | Quant. | Part. % | Quant. | Part. % | Quant. | Part. % | Quant. | Part. % |
| Privados nacionais | 88 | 54,00% | 5.974 | 35,00% | 2.095 | 21,00% | 11.113 | 43,00% | 19.182 | 36,00% |
| Privados estrangeiros | 62 | 38,00% | 4.323 | 25,00% | 3.144 | 32,00% | 2.755 | 11,00% | 10.222 | 19,00% |
| Públicos | 14 | 9,00% | 6.963 | 40,00% | 4.598 | 47,00% | 11.727 | 46,00% | 23.288 | 44,00% |
| Total | 164 | 100,00% | 17.260 | 100,00% | 9.837 | 100,00% | 25.595 | 100,00% | 52.692 | 100,00% |

Fontes:

(*) Banco Central do Brasil

(**) Projeção Febraban

(***) Não inclui correspondentes bancários

Apesar desta tabela não incluir o total dos correspondentes, ela consegue ilustrar como é a distribuição, de acordo com o tipo de banco, dos canais de atendimento no Brasil. De acordo com o relatório o “Setor Bancário em Números” da FEBRABAN, em 2007 os correspondentes já somavam mais de 84 mil postos de atendimento, contra um pouco mais de 18 mil agências tradicionais, como podemos observar na tabela 2.8.

Tabela 2.8 – Municípios com atendimento bancário no país.

Banco Central do Brasil
 Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro
 Departamento de Organização do Sistema Financeiro
 Municípios com atendimento bancário no País

| | 31.12.2001 | 31.12.2002 | 31.12.2003 | 31.12.2004 | 31.12.2005 | 31.12.2006 | 31.12.2007 | 30.06.2008 | 31.07.2008 | 31.08.2008 | 30.09.2008 | 31.10.2008 | 30.11.2008 | 31.12.2008 |
|----------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Municípios | 5.664 | 5.668 | 5.673 | 5.678 | 5.680 | 5.680 | 5.680 | 5.680 | 5.680 | 5.680 | 5.680 | 5.680 | 5.680 | 5.680 |
| Municípios sem agência e sem PAB | 1.661 | 1.666 | 1.660 | 1.743 | 2.122 | 2.118 | 2.271 | 2.369 | 2.369 | 2.364 | 2.204 | 2.360 | 2.189 | 2.199 |
| Município com uma dependência | 2.013 | 2.060 | 2.088 | 2.224 | 1.871 | 1.968 | 1.941 | 2.383 | 2.548 | 2.647 | 2.686 | 2.747 | 2.743 | 2.618 |
| Com uma agência | 1.364 | 1.406 | 1.397 | 1.590 | 1.636 | 1.609 | 1.466 | 1.466 | 1.466 | 1.466 | 1.466 | 1.467 | 1.461 | 1.460 |
| Com um PAB | 649 | 654 | 690 | 634 | 335 | 459 | 475 | 916 | 1.081 | 1.091 | 1.220 | 1.280 | 1.282 | 1.158 |

Fonte: Unicas

Como podemos observar na tabela 2.8 em 31 de dezembro de 2008 eram 2.819 municípios com apenas uma dependência bancária. Estes municípios não são completamente integrados ao sistema financeiro nacional. Neles os correspondentes ganham destaque como canal de atendimento, pois são eles que ampliam o acesso ao SNF que nestes municípios é basicamente representado por uma única agência.

As dependências bancárias tradicionais como a agência e os postos de atendimentos avançados se mantiveram estáveis no período entre 2003 e 2008. Outro aspecto importante refere-se às instituições que possuem o maior número de agências no Brasil, conforme tabela 2.9.

Tabela 2.9 - Instituições com maiores redes de agência.

Instituições com maiores redes de agências

| | CNPJ | Instituições | Tipo | 2001 Dez | 2002 Dez | 2003 Dez | 2004 Dez | 2005 Dez | 2006 Dez | 2007 Dez | 2008 Jun | 2008 Jul | 2008 Ago | 2008 Set | 2008 Out | 2008 Nov | 2008 Dez |
|-------------------------------|------------|-------------------------|------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 1 | 00.000.000 | Banco do Brasil | BM | 3.088 | 3.164 | 3.295 | 3.781 | 4.008 | 4.048 | 4.079 | 4.115 | 4.111 | 4.112 | 4.113 | 4.374 | 4.383 | 4.388 |
| 2 | 60.746.948 | Bradesco | BM | 2.408 | 2.508 | 2.832 | 3.003 | 2.921 | 3.008 | 3.144 | 3.176 | 3.194 | 3.204 | 3.219 | 3.254 | 3.282 | 3.339 |
| 3 | 60.701.190 | Itaú | BM | 1.504 | 1.670 | 1.709 | 2.190 | 2.300 | 2.445 | 2.575 | 2.620 | 2.633 | 2.648 | 2.658 | 2.671 | 2.686 | 2.699 |
| 4 | 00.360.305 | Caixa Econômica Federal | CE | 1.889 | 1.701 | 1.710 | 1.770 | 1.895 | 1.981 | 2.051 | 2.059 | 2.081 | 2.083 | 2.083 | 2.083 | 2.084 | 2.088 |
| 5 | 33.086.408 | ABN Amro Real | BM | 758 | 793 | 798 | 779 | 778 | 828 | 1.136 | 1.145 | 1.152 | 1.151 | 1.154 | 1.180 | 1.184 | 1.177 |
| 6 | 60.400.888 | Santander | BM | 199 | 199 | 199 | 199 | 199 | 1.067 | 1.081 | 1.086 | 1.088 | 1.088 | 1.089 | 1.099 | 1.091 | 1.098 |
| 7 | 33.700.394 | Unibanco | BM | 904 | 990 | 909 | 914 | 915 | 925 | 933 | 938 | 947 | 952 | 961 | 964 | 975 | 992 |
| 8 | 01.701.201 | H3BC | BM | 889 | 943 | 925 | 923 | 931 | 934 | 933 | 924 | 923 | 923 | 923 | 925 | 928 | 930 |
| 9 | 43.073.394 | Nossa Caixa | BM | 497 | 497 | 504 | 504 | 505 | 542 | 559 | 559 | 559 | 559 | 559 | 580 | 560 | 582 |
| 10 | 92.702.067 | Banrisul | BM | 354 | 368 | 378 | 364 | 389 | 413 | 417 | 421 | 421 | 421 | 421 | 422 | 422 | 425 |
| 11 | 07.297.373 | SNE | BM | 174 | 174 | 174 | 180 | 180 | 180 | 180 | 181 | 181 | 181 | 181 | 181 | 181 | 181 |
| 12 | 17.164.037 | Mercantil do Brasil | BM | 201 | 200 | 200 | 201 | 192 | 192 | 187 | 183 | 182 | 182 | 180 | 180 | 180 | 180 |
| 13 | 26.127.603 | Banestes | BM | 93 | 93 | 91 | 97 | 107 | 122 | 124 | 124 | 126 | 128 | 128 | 128 | 128 | 128 |
| 14 | 33.479.023 | Citicbank | BM | 51 | 50 | 44 | 52 | 60 | 108 | 121 | 124 | 124 | 124 | 124 | 124 | 124 | 124 |
| 15 | 66.180.788 | Safra | EM | 78 | 78 | 82 | 85 | 80 | 81 | 114 | 111 | 111 | 111 | 112 | 112 | 112 | 112 |
| 16 | 04.802.979 | Basa | BC | 82 | 82 | 85 | 82 | 85 | 101 | 104 | 104 | 104 | 104 | 103 | 104 | 104 | 104 |
| 17 | 13.099.717 | Banese | BM | 50 | 52 | 53 | 58 | 58 | 61 | 61 | 61 | 61 | 61 | 61 | 61 | 61 | 61 |
| 18 | 00.000.208 | BRB | EM | 53 | 53 | 55 | 55 | 56 | 57 | 59 | 59 | 59 | 59 | 59 | 59 | 59 | 59 |
| 19 | 17.351.180 | Triângulo | BM | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 31 | 33 | 34 | 34 | 34 | 40 | 40 | 43 |
| 20 | 04.913.711 | Banpara | EMPE | 37 | 37 | 37 | 37 | 37 | 37 | 37 | 38 | 38 | 38 | 38 | 38 | 38 | 40 |
| Subtotal | | | | 13.146 | 13.521 | 14.026 | 15.267 | 15.683 | 17.092 | 17.908 | 18.041 | 18.089 | 18.107 | 18.146 | 18.477 | 18.549 | 18.676 |
| demais instituições bancárias | | | | 3.595 | 3.528 | 2.503 | 1.993 | 1.944 | 985 | 864 | 864 | 829 | 702 | 707 | 483 | 454 | 468 |
| Total geral | | | | 16.841 | 17.049 | 16.829 | 17.260 | 17.627 | 18.087 | 18.572 | 18.735 | 18.798 | 18.810 | 18.853 | 18.940 | 19.013 | 19.142 |

Fonte: FEBRABAN

Apesar desta tabela não considerar a fusão dos grupos Itaú-Unibanco e dos estrangeiros Santander e ABN Amro REAL percebemos que as maiores redes de agências do Brasil pertencem aos grandes bancos públicos e aos grandes conglomerados privados

Tabela 2.10 – Correspondentes Bancários sobre Agência.

| UF | Qtde de Instalações | Agências | Correspondentes/Agência |
|---------------------|---------------------|---------------|-------------------------|
| ACRE | 230 | 37 | 6,22 |
| ALAGOAS | 1.570 | 134 | 11,72 |
| AMAPA | 317 | 33 | 9,61 |
| AMAZONAS | 1.124 | 159 | 7,07 |
| BAHIA | 8.046 | 800 | 10,06 |
| CEARA | 4.384 | 388 | 11,30 |
| DISTRITO FEDERAL | 2.434 | 336 | 7,24 |
| ESPIRITO SANTO | 3.122 | 386 | 8,09 |
| GOIAS | 4.590 | 586 | 7,83 |
| MARANHAO | 2.336 | 241 | 9,69 |
| MA TO GROSSO | 2.818 | 266 | 10,59 |
| MA TO GROSSO DO SUL | 2.051 | 242 | 8,48 |
| MINAS GERAIS | 15.042 | 1.933 | 7,78 |
| PARA | 2.027 | 320 | 6,33 |
| PARAIBA | 2.330 | 186 | 12,53 |
| PARANA | 12.235 | 1.322 | 9,25 |
| PERNAMBUCO | 4.911 | 507 | 9,69 |
| PIAUI | 1.862 | 128 | 14,55 |
| RIO DE JANEIRO | 10.102 | 1.824 | 5,54 |
| RIO GRANDE DO NORTE | 2.624 | 157 | 16,71 |
| RIO GRANDE DO SUL | 10.370 | 1.523 | 6,81 |
| RONDONIA | 838 | 96 | 8,73 |
| RORAIMA | 158 | 20 | 7,90 |
| SANTA CATARINA | 7.896 | 915 | 8,63 |
| SAO PAULO | 37.927 | 6.343 | 5,98 |
| SERGIPE | 1.188 | 168 | 7,07 |
| TOCANTINS | 1.137 | 92 | 12,36 |
| TOTAL | 143.669 | 19.142 | 7,51 |
| Fonte | | | |

Um último ponto importante que a tabela 2.10 nos mostra é a importância dos correspondentes neste processo de inclusão das regiões mais distantes do centro financeiro, o Sudeste. Em São Paulo há 5,98 correspondentes para cada agência no Rio Grande do Norte há 16,71 correspondentes para cada uma. Isso por que nos estados do Norte e no Nordeste há uma carência de agências que é suprida por esta rede de correspondentes. Como veremos no terceiro capítulo há uma especificidade

nas principais funções que estes correspondentes desempenham de acordo com a região. Nas regiões mais afastadas do centro financeiro os correspondentes têm principalmente funções relacionadas ao sistema nacional de pagamento.

2.3 - Normas e limites para expansão das dependências

Um aspecto fundamental deste estudo é tentar mostrar quais são as diferenças relevantes entre a regulamentação da expansão de agências e da regulamentação que possibilita a expansão dos correspondentes.

De acordo com a resolução 2.099 do Conselho Monetário Nacional podemos citar o artigo 2º que diz:

“Art. 2º - Com redação dada pela Resolução nº 2.212/95.

Agência é a dependência de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil destinada à prática das atividades para as quais a instituição esteja regularmente habilitada.

Parágrafo único - As instituições de que trata este artigo poderão centralizar a contabilidade das agências de um mesmo município em agência da mesma praça, observado o seguinte:

I - prévia comunicação ao Banco Central do Brasil, que poderá adotar procedimentos específicos relativamente às operações de câmbio;

II - utilização de um único livro “Balancetes Diários e Balanços”, ou “Livro Diário”, para registro do movimento contábil das agências de um mesmo município;

III - manutenção dos livros de escrituração em uma única agência, a ser indicada pela instituição, pertencente ao mesmo município.”(BACEN)

Quando analisamos esta resolução percebemos que ela propõe uma classificação das dependências sem, no entanto, limitar a sua expansão. Nesse sentido, esta regulamentação favorece a lógica da rentabilidade na montagem e expansão da estrutura operacional dos bancos. Assim, a lógica de mercados também “regula” a expansão dos correspondentes bancários. Este é ponto que temos que considerar quando analisamos este processo de expansão tanto da rede de agências quanto da rede de correspondentes. Como a lógica de mercado é a que regula este processo de ampliação, o aumento do número de dependências reflete a evolução da demanda por serviços financeiros e das perspectivas de rentabilidade na oferta desses serviços. Neste sentido, o processo de ampliação da rede de correspondente faz parte de uma estratégia de gestão dos bancos. Primeiro que os correspondentes representam uma redução dos custos de pessoal de um serviço financeiro. O montante de investimento necessário para abrir um correspondente é mínimo se comparado ao montante necessário para implementar nova agência.

No caso dos correspondentes este aspecto ganha ainda mais importância: o aumento de 514,2% no período analisado é reflexo de um aumento da demanda de serviços financeiros pela população de mais baixa renda e das estratégias de redução

de custos dos bancos. Neste contexto, como veremos no capítulo 3, o correspondente bancário torna-se o principal lócus de comercialização de serviços de pagamento e de crédito.

A Resolução 3.110, que regulamenta os correspondentes bancários, define no seu primeiro artigo o que é um *correspondente*:

“Art. 1º Alterar e consolidar, nos termos desta resolução, as normas que dispõem sobre a contratação, por parte de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, de empresas, integrantes ou não do Sistema Financeiro Nacional, para o desempenho das funções de correspondente no País, com vistas à prestação dos seguintes serviços:

I - recepção e encaminhamento de propostas de abertura de contas de depósitos à vista, a prazo e de poupança;

II - recebimentos e pagamentos relativos a contas de depósitos à vista, a prazo e de poupança, bem como a aplicações e resgates em fundos de investimento;

III - recebimentos, pagamentos e outras atividades decorrentes de convênios de prestação de serviços mantidos pelo contratante na forma da regulamentação em vigor;

IV - execução ativa ou passiva de ordens de pagamento em nome do contratante;

V - recepção e encaminhamento de pedidos de empréstimos e de financiamentos;

VI - análise de crédito e cadastro;

VII - execução de serviços de cobrança;

VIII - recepção e encaminhamento de propostas de emissão de cartões de crédito;

IX - outros serviços de controle, inclusive processamento de dados, das operações pactuadas;

X - outras atividades, a critério do Banco Central do Brasil.”

(Resolução 3.110 de 31 de julho de 2003, BACEN)

Como podemos perceber o correspondente pode oferecer serviços financeiros básicos (basicamente serviços de pagamento e de crédito). Por possuir uma flexibilidade operacional maior que agência ele, de certa forma, é mais acessível como *Lócus* de comercialização de serviços no processo de inclusão da população de mais baixa renda. Uma diferença significativa quanto às condições de oferta de serviços financeiros entre a agência e o correspondente é a flexibilidade operacional que o correspondente possui em relação à agência. Como podemos observar os serviços básicos do sistema de pagamento nacional e os serviços de crédito são oferecidos pelos correspondentes de forma a atingir localidades mais “distantes” da localização do centro do SFN que é São Paulo e conseqüentemente o sudeste. Assim, é clara a estratégia de expansão dos canais de atendimento que os bancos adotaram de preferir canais de atendimentos mais flexíveis.

Introdução

Neste terceiro capítulo examinaremos dois aspectos do processo de ampliação da rede de correspondentes bancários. Primeiro mostraremos quais são as especificidades do perfil dos correspondentes bancários nas cinco regiões geográficas do Brasil. Em segundo lugar, analisaremos a distribuição destes correspondentes entre os grandes conglomerados financeiros atuantes no sistema financeiro nacional no contexto das estratégias de ampliação das dependências bancárias.

3.1 Perfil dos correspondentes bancários nas cinco regiões geográficas do Brasil.

A tabela 3.1 nos mostra a distribuição dos correspondentes bancários por região.

Tabela 3.1 – Serviços Prestado por região do Brasil – Correspondentes Bancários (2009)

Serviços Prestado por Região do Brasil (2009)

| UF | Qtde de Instalações | Inc. I | Inc. II | Inc II/qtyd | Inc V | incV/qtyd | Inc. VI | incVI/qtyd | Inc. VIII | Inc VIII/qtyd |
|---------------------|---------------------|--------|---------|-------------|--------|-----------|---------|------------|-----------|---------------|
| Norte | | | | | | | | | | |
| ACRE | 230 | 97 | 128 | 55,65% | 112 | 48,70% | 68 | 29,57% | 87 | 37,83% |
| AMAPA | 317 | 112 | 125 | 39,43% | 201 | 63,41% | 62 | 19,56% | 113 | 35,65% |
| AMAZONAS | 1.124 | 408 | 479 | 42,62% | 627 | 55,78% | 312 | 27,76% | 335 | 29,80% |
| PARA | 2.027 | 633 | 896 | 44,20% | 1.019 | 50,27% | 511 | 25,21% | 582 | 28,71% |
| RONDÔNIA | 838 | 303 | 454 | 54,18% | 438 | 52,27% | 190 | 22,67% | 255 | 30,43% |
| RORAIMA | 158 | 48 | 65 | 41,14% | 92 | 58,23% | 49 | 31,01% | 47 | 29,75% |
| TOCANTINS | 1.137 | 535 | 619 | 54,44% | 818 | 71,94% | 470 | 41,34% | 588 | 51,72% |
| Média | | | | 47,38% | | 57,23% | | 28,16% | | 34,84% |
| Nordeste | | | | | | | | | | |
| ALAGOAS | 1.570 | 635 | 737 | 46,94% | 1.224 | 77,96% | 636 | 40,51% | 881 | 56,11% |
| BAHIA | 8.046 | 2.704 | 3.340 | 41,51% | 3.979 | 49,45% | 1.770 | 22,00% | 2.515 | 31,26% |
| CEARA | 4.384 | 1.492 | 1.775 | 40,49% | 2.744 | 62,59% | 1.219 | 27,81% | 1.821 | 41,54% |
| MARANHAO | 2.336 | 1.061 | 1.172 | 50,17% | 1.451 | 62,11% | 829 | 35,49% | 1.047 | 44,82% |
| PARAIBA | 2.330 | 918 | 1.002 | 43,00% | 1.664 | 71,42% | 847 | 36,35% | 1.096 | 47,04% |
| PERNAMBUCO | 4.911 | 1.479 | 1.810 | 36,86% | 3.290 | 66,99% | 1.456 | 29,65% | 2.097 | 42,70% |
| PIAU | 1.862 | 823 | 1.204 | 64,66% | 1.093 | 58,70% | 511 | 27,44% | 842 | 45,22% |
| RIO GRANDE DO NORTE | 2.624 | 942 | 953 | 36,32% | 1.997 | 76,11% | 914 | 34,83% | 1.421 | 54,15% |
| SERGIPE | 1.188 | 376 | 442 | 37,21% | 674 | 56,73% | 348 | 29,29% | 424 | 35,68% |
| Média | | | | 44,13% | | 64,67% | | 31,49% | | 44,28% |
| Sudeste | | | | | | | | | | |
| ESPRITO SANTO | 3.122 | 695 | 1.325 | 42,44% | 2.135 | 68,39% | 897 | 28,73% | 693 | 22,20% |
| MINAS GERAIS | 15.042 | 4.771 | 5.538 | 36,82% | 9.707 | 64,53% | 4.119 | 27,38% | 5.103 | 33,93% |
| RIO DE JANEIRO | 10.102 | 1.780 | 1.969 | 19,49% | 7.172 | 71,00% | 2.444 | 24,19% | 2.730 | 27,02% |
| SAO PAULO | 37.927 | 6.634 | 8.684 | 22,90% | 24.536 | 64,69% | 7.625 | 20,10% | 8.800 | 23,20% |
| Média | | | | 30,41% | | 67,15% | | 25,10% | | 26,59% |
| Sul | | | | | | | | | | |
| PARANA | 12.235 | 2.483 | 3.548 | 29,00% | 7.562 | 61,81% | 3.123 | 25,53% | 3.556 | 29,06% |
| RIO GRANDE DO SUL | 10.370 | 3.131 | 3.613 | 34,84% | 7.219 | 69,61% | 2.650 | 25,55% | 2.847 | 27,45% |
| SANTA CATARINA | 7.896 | 1.618 | 2.133 | 27,01% | 5.484 | 69,45% | 1.674 | 21,20% | 2.101 | 26,61% |
| Média | | | | 30,28% | | 66,96% | | 24,09% | | 27,71% |
| Centro Oeste | | | | | | | | | | |
| DISTRITO FEDERAL | 2.434 | 456 | 605 | 24,86% | 1.841 | 75,64% | 530 | 21,77% | 625 | 25,68% |
| GOIAS | 4.590 | 1.375 | 1.692 | 36,86% | 3.098 | 67,49% | 1.665 | 36,27% | 1.959 | 42,68% |
| MATO GROSSO | 2.818 | 641 | 1.233 | 43,75% | 1.347 | 47,80% | 526 | 18,67% | 719 | 25,51% |
| MATO GROSSO DO SUL | 2.051 | 458 | 738 | 35,98% | 1.062 | 51,78% | 387 | 18,87% | 490 | 23,89% |
| Média | | | | 35,36% | | 60,68% | | 23,90% | | 29,44% |

Fonte : Banco Central do Brasil - <http://www.bacen.gov.br>

¹ I - recepção e encaminhamento de propostas de abertura de contas de depósitos à vista, a prazo e de poupança; II - recebimentos e pagamentos relativos a contas de depósitos à vista, a prazo e de poupança, bem como a aplicações e resgates em fundos de investimento; III - recebimentos, pagamentos e outras atividades decorrentes de convênios de prestação de serviços mantidos pelo contratante na forma da regulamentação em vigor; IV - execução ativa ou passiva de ordens de pagamento em nome do contratante; V - recepção e encaminhamento de pedidos de empréstimos e de financiamentos; VI - análise de crédito e cadastro; VII - execução de serviços de cobrança; VIII - recepção e encaminhamento de propostas de emissão de cartões de crédito; IX - outros serviços de controle, inclusive processamento de dados, das operações pactuadas; X - outras atividades, a critério do Banco Central do Brasil.

Um primeiro ponto que podemos observar na tabela 3.1 é que existe um aspecto geográfico que diferencia

o perfil dos serviços prestados pelo correspondente em cada região. Regiões como o Norte e o Nordeste tem, em média, mais correspondentes prestando serviços relacionados ao Sistema Nacional de Pagamentos que no sul e no sudeste (inciso II). Podemos tomar a região Norte como exemplo: de acordo com a tabela 3.1 percebemos que 47,38% dos correspondentes desta região prestam serviços classificados no inciso II da Resolução 3.110 citada no capítulo anterior. Este inciso refere-se aos serviços relacionados com o Sistema Nacional de Pagamentos. Podemos afirmar que a demanda por serviços de pagamento é inversamente proporcional ao número de agências que há na região. Regiões com menos agências tendem a demandar mais serviços de pagamento dos correspondentes que as regiões com mais agências como São Paulo.

O inciso V desta Resolução classifica os serviços bancários relacionados aos serviços de crédito. Podemos perceber na tabela 3.1 que há certa uniformidade nas médias de cada região em relação à prestação de serviços de crédito por parte dos correspondentes. A região norte é a apresenta a menor média nacional de correspondentes relacionados aos serviços de crédito, 57,23% . O sudeste, o centro financeiro do Brasil, possui 67,15% dos correspondentes prestando o mesmo tipo de serviços. Há diferença de 10% entre as regiões pode ser considerada relativamente baixa, o que expressa a forte relação entre os correspondentes bancários e os serviços de crédito no território nacional. Outra consideração importante é que também há uma relativa importância dos serviços dos correspondentes relacionados aos cartões de crédito em todo o país, sem diferenças significativas em termos regionais: em torno de 30% dos correspondentes estão associados à comercialização e prestação deste tipo de serviço.

3.2 Correspondentes e grandes conglomerados financeiros

Quando analisamos a rede de correspondentes bancários sob a perspectiva dos grandes conglomerados percebemos que 74,62% das instalações de correspondentes bancários pertencem aos cinco grandes

conglomerados do sistema financeiro nacional. Um ponto relevante a considerar nesta pesquisa é que o processo de ampliação dos correspondentes acontece simultaneamente ao processo de consolidação destes 5 conglomerados, ou ainda, do aumento da concentração dos ativos e patrimônio líquido do sistema bancário. A Tabela 3.2 nos mostra as especificidades dos serviços prestados pela rede de correspondentes de cada conglomerado.

Tabela 3.2 – Serviços dos correspondentes por conglomerado bancários

| Serviços por Conglomerado | | | | | | | | | | | |
|----------------------------------|----------|--------|-----------|--------|--------------|---------|-------------|----------|--------------|---------|-------------|
| NOME | | CNPJ | de Instal | Inc. I | Inc. I/total | Inc. II | Inc. II/Tot | Inc. III | Inc. III/Tot | Inc. IV | Inc. IV/Tot |
| Santander - ABN AMRO REAL | | | | | | | | | | | |
| AYMORÉ CFI S.A. | 07707650 | 31.847 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| BCO ABN AMRO REAL S.A. | 33066408 | 2.453 | 117 | 0,33% | - | - | 976 | 2,79% | - | - | - |
| BANCO SANTANDER S.A. | 90400888 | 665 | - | - | - | - | 664 | 1,90% | 1 | 0,0029% | - |
| Total | | 34.965 | 117 | 0,33% | - | - | 1.640 | 4,69% | 1 | 0,0029% | - |
| Banco do Brasil | | | | | | | | | | | |
| BCO DO BRASIL S.A. | 00000000 | 13.645 | 228 | 1,03% | 7.836 | 35,49% | 8.798 | 39,85% | - | - | - |
| BB BANCO POPULAR | 06043056 | 7.414 | 6.137 | 27,80% | 6.139 | 27,80% | 7.089 | 32,11% | 7.079 | 32,06% | - |
| BCO NOSSA CAIXA S.A. | 43073394 | 1.020 | - | - | 969 | 4,39% | 974 | 4,41% | - | - | - |
| Total | | 22.079 | 6.365 | 28,83% | 14.944 | 67,68% | 16.861 | 76,37% | 7.079 | 32,06% | - |
| BCO LEMON S.A. | 48795256 | 5.860 | 192 | 3,28% | 192 | 3,28% | 5.469 | 93,33% | 5.732 | 97,82% | - |
| Total mais Lemon S.A. | | 27.939 | 6.557 | 23,47% | 15.136 | 54,18% | 22.330 | 79,92% | 12.811 | 45,85% | - |
| Caixa Econômica Federal | | | | | | | | | | | |
| CAIXA ECONOMICA FEDERAL | 00360305 | 13.773 | 13.684 | 99,35% | 13.684 | 99,35% | 12.863 | 93,39% | 12.863 | 93,39% | - |
| Total | | 13.773 | | 99,35% | 13.684 | 99,35% | 12.863 | 93,39% | 12.863 | 93,39% | - |
| Bradesco | | | | | | | | | | | |
| BCO BRADESCO S.A. | 60746948 | 22.184 | 13.447 | 56,02% | 13.445 | 56,01% | 22.021 | 91,74% | 5.959 | 24,83% | - |
| BCO FINASA BMC S.A. | 07207996 | 1.152 | - | - | - | - | - | - | 1 | 0,004% | - |
| BCO BI S.A. - BM | 04184779 | 499 | 221 | 0,92% | 163 | 0,68% | 260 | 1,08% | 216 | 0,90% | - |
| BCO FINASA S.A. | 57561615 | 160 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| BRADESCO CARTÕES | 59438325 | 9 | - | - | - | - | 9 | 0,04% | - | - | - |
| Total | | 24.004 | 13.668 | 56,94% | 13.608 | 56,69% | 22.290 | 92,86% | 6.176 | 25,73% | - |
| Itaú Unibanco | | | | | | | | | | | |
| BCO FINVEST S.A. | 33098518 | 4.239 | - | - | - | - | 674 | 5,44% | 712 | 5,75% | - |
| UNIBANCO-UNIAO BCOS BRAS S.A. | 33700394 | 3.173 | 679 | 5,48% | 672 | 5,42% | 2.623 | 21,17% | 705 | 5,69% | - |
| UNICARD BM S.A. | 61071387 | 1.633 | - | - | - | - | - | - | 929 | 7,50% | - |
| CIA HIPOTECARIA UNIBANCO-RODOB | 02868100 | 1.293 | - | - | - | - | - | - | 1 | 0,01% | - |
| HIFERCARD | 03012230 | 1.028 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| BANCO INVESTCRED UNIBANCO S.A. | 61182408 | 490 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| BCO ITAUCRED FINANC S.A. | 59461152 | 161 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| FIN. ITAÚ CBD CFI | 06881898 | 146 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| BCO ITAUCARD | 17192451 | 121 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| BCO ITAU S.A. | 60701190 | 53 | - | - | - | - | 4 | 0,03% | - | - | - |
| BCO ITAULEASING S.A. | 49925225 | 28 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| BCO ITAÚ BBA S.A. | 17298092 | 24 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| BCO ITAÚ CARTÕES | 32109167 | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Total | | 12.390 | 679 | 5,48% | 672 | 5,42% | 3.301 | 26,64% | 2.347 | 18,94% | - |

Fonte : Banco Central do Brasil

Tabela 3.2 Continuação

| Sevriços por Conglomerado | | | | | | | | | | |
|----------------------------------|--------|-------------|---------|---------------------------|----------|-----------|---------|------------------|----------------------------------|--|
| NOME | Inc V | Inc V/total | Inc. VI | Inc. VI/To/Inc. VII/total | Inc. VII | inc. VIII | Inc. IX | Conglomerado | aplicações/Total de Corresponden | |
| Santander - ABN AMRO REAL | | | | | | | | | | |
| AYMORE CFI S.A. | 31.847 | 91,08% | - | - | - | - | - | Santander - Real | 22,17% | |
| BCO ABN AMRO REAL S.A. | 122 | 0,35% | - | - | 117 | 0,33% | 1.357 | Santander - Real | 1,71% | |
| BANCO SANTANDER S.A. | - | 0,00% | - | - | 664 | 1,90% | - | Santander - Real | 0,46% | |
| Total | 31.969 | 91,43% | - | - | 781 | 2,23% | 1.357 | - | 24,34% | |
| Banco do Brasil | | | | | | | | | | |
| BCO DO BRASIL S.A. | 3.332 | 15,09% | - | - | 7.435 | 33,67% | 520 | BB | 9,50% | |
| BB BANCO POPULAR | 7.079 | 32,06% | 19 | 0,09% | 7.020 | 31,79% | 7.079 | BB | 5,16% | |
| BCO NOSSA CAIXA S.A. | - | 0,00% | - | - | 973 | 4,41% | 1 | BB | 0,71% | |
| Total | 10.411 | 47,15% | 19 | 0,09% | 15.428 | 69,88% | 7.600 | - | 15,37% | |
| BCO LEMON S.A. | 5.730 | 97,78% | 5.511 | 94,04% | 5.732 | 97,82% | 5.731 | Lemon + BB | 19,45% | |
| Total mais Lemon S.A. | 16.141 | 57,77% | 5.530 | 19,79% | 21.160 | 75,74% | 13.331 | - | 47,71% | |
| Caixa Economica Federal | | | | | | | | | | |
| CAIXA ECONOMICA FEDERAL | 13.554 | 98,41% | 13.316 | 96,68% | 12.863 | 93,39% | 13.554 | CEF | 9,59% | |
| Total | 13.554 | 98,41% | 13.316 | 96,68% | 12.863 | 93,39% | 13.554 | - | 9,59% | |
| Bradesco | | | | | | | | | | |
| BCO BRADESCO S.A. | 6.015 | 25,06% | 5.960 | 24,83% | 21.983 | 91,58% | 5.965 | Bradesco | 15,44% | |
| BCO FINASA BMC S.A. | 218 | 0,91% | 948 | 3,95% | - | - | - | Bradesco | 0,80% | |
| BCO IBI S.A. - BM | 499 | 2,08% | 15 | 0,06% | 163 | 0,68% | 499 | Bradesco | 0,35% | |
| BCO FINASA S.A. | 160 | 0,67% | 160 | 0,67% | 160 | 0,67% | - | Bradesco | 0,11% | |
| BRADESCO CARTÕES | 9 | 0,04% | 9 | 0,04% | 9 | 0,04% | - | Bradesco | 0,01% | |
| Total | 6.901 | 28,75% | 7.092 | 29,55% | 22.315 | 92,96% | 6.464 | - | 26,93% | |
| Itaú Unibanco | | | | | | | | | | |
| BCO FININVEST S.A. | 2.173 | 17,54% | 711 | 5,74% | 2.921 | 23,58% | 4.070 | Itaú - Unibanco | 2,95% | |
| UNIBANCO UNIAO BCOS BRAS S.A. | 1.282 | 10,43% | 704 | 5,68% | 2.307 | 18,62% | 46 | Itaú - Unibanco | 2,21% | |
| UNICARD BM S.A. | - | - | - | - | 1.365 | 11,02% | 1.633 | Itaú - Unibanco | 1,14% | |
| CIA HIPOTECARIA UNIBANCO-RODOB | 1.293 | 10,44% | - | - | 1.286 | 10,38% | - | Itaú - Unibanco | 0,90% | |
| HIFERCARD | - | - | 706 | 5,70% | 1.028 | 8,30% | 1.028 | Itaú - Unibanco | 0,72% | |
| BANCO INVESTCRED UNIBANCO S.A. | 486 | 3,92% | - | - | 487 | 3,93% | 490 | Itaú - Unibanco | 0,34% | |
| BCO ITAUCRED FINANC S.A. | 161 | 1,30% | 143 | 1,15% | 3 | 0,02% | - | Itaú - Unibanco | 0,11% | |
| FIN. ITAÚ CBD CFI | 146 | 1,18% | 146 | 1,18% | 3 | 0,02% | - | Itaú - Unibanco | 0,10% | |
| BCO ITAUCARD | 23 | 0,19% | 23 | 0,19% | 29 | 0,23% | 95 | Itaú - Unibanco | 0,08% | |
| BCO ITAU S.A. | 49 | 0,40% | 22 | 0,18% | - | - | - | Itaú - Unibanco | 0,04% | |
| BCO ITAULEASING S.A. | 28 | 0,23% | 28 | 0,23% | - | - | - | Itaú - Unibanco | 0,02% | |
| BCO ITAÚ BBA S.A. | 23 | 0,19% | 23 | 0,19% | 1 | 0,01% | - | Itaú - Unibanco | 0,02% | |
| BCO ITAÚ CARTÕES | - | - | - | - | - | - | 1 | Itaú - Unibanco | 0,0007% | |
| Total | 5.674 | 45,79% | 2.506 | 20,23% | 9.430 | 76,11% | 7.363 | Itaú - Unibanco | 8,62% | |
| Fonte : Banco Central do Brasil | | | | | | | | | 74,62% | |

II - recepção e encaminhamento de propostas de abertura de contas de depósitos à vista, a prazo e de poupança; III - recebimentos e pagamentos relativos a contas de depósitos à vista, a prazo e de poupança, bem como a aplicações e resgates em fundos de investimento; III - recebimentos, pagamentos e outras atividades decorrentes de convênios de prestação de serviços mantidos pelo

contratante na forma da regulamentação em vigor; IV - execução ativa ou passiva de ordens de pagamento em nome do contratante; V - recepção e encaminhamento de pedidos de empréstimos e de financiamentos; VI - análise de crédito e cadastro; VII - execução de serviços de cobrança; VIII - recepção e encaminhamento de propostas de emissão de cartões de crédito; IX - outros serviços de controle, inclusive processamento de dados, das operações pactuadas; X - outras atividades, a critério do Banco Central do Brasil.

Um primeiro ponto de destaque é que cada conglomerado possui uma estratégia de expansão da sua rede de correspondentes. Isto pode refletir uma heterogeneidade da inserção das redes de correspondentes na organização do sistema financeiro nacional. O grupo Santander tem 91,43% dos seus correspondentes classificados no inciso V, o que nos permite afirmar que os correspondentes do grupo estão basicamente relacionados com a oferta de serviços de crédito.

Em julho de 2009, após o acordo entre o BB e o Lemon Bank no sentido de assumir o controle operacional dos correspondentes do Lemon Bank, podemos estimar que o BB passará a controlar 19,45% dos correspondentes do Brasil. Vale lembrar que o Lemon Bank utilizava apenas correspondentes bancários para realizar suas transações o que dá uma importância muito relevante aos correspondentes bancários em sua organização. Como resultado, a rede ampliada de correspondentes do BB terá Serviços relacionados ao Sistema Nacional de Pagamento - 79,92% dos seus correspondentes prestam serviços relacionados ao inciso III 57,77% dos seus correspondentes também prestarão serviços relacionados ao crédito.

Desta forma a configuração da rede de correspondentes do BB ficará mais próxima do perfil da rede nacional de correspondentes, considerando para efeitos de comparação a média nacional por tipo de serviços.

A Rede de correspondentes da Caixa Econômica Federal (CEF) merece uma atenção especial. A Caixa

Econômica Federal (CEF) vem utilizando sua rede de casas lotéricas e estabelecimentos credenciados para pagar benefícios sociais como o programa bolsa família e realizar transações bancárias. A amplitude da rede de correspondentes bancários da CEF é capaz de cobrir praticamente todo o território nacional. Do ponto de vista dos serviços prestados, a rede de correspondentes da CEF é a mais completa. Mais de 90% de todos os seus correspondentes operam em todos os serviços regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional. Do ponto de vista da operação dos serviços bancários, pode-se afirmar que a rede de correspondentes da Caixa é a mais próxima de uma rede de agência tradicional.

O Bradesco, o segundo maior conglomerado nacional privado, tem 92,86% dos seus correspondentes classificados no inciso III, o que nos permite afirmar que sua rede de correspondentes tem como principal função a ampliação dos canais de acesso ao sistema de pagamento nacional. Apenas 28,75% dos correspondentes deste conglomerado estão relacionados aos serviços de crédito (inciso V).

O grupo Itaú-Unibanco, embora seja o maior conglomerado privado nacional em termos de ativos, é o conglomerado que possui a menor rede de correspondentes dos cinco analisados. Contudo, parece ter adotado estratégia diferente aos outros conglomerados. 76,11% de seus correspondentes estão relacionados ao inciso VII que remete aos serviços de **cobrança** de crédito.

CEDOC-IE-UNICAMP

Conclusões

Os resultados da pesquisa apontam para os correspondentes como uma forma de terceirização dos serviços de venda de crédito. Este processo de terceirização faz parte de uma estratégia de expansão dos canais de atendimento bancário e de redução de custos para que a população de baixa renda também tenha acesso a estes serviços.

Esta redução de custo ocorre devido a dois fatores principais: O primeiro é a não utilização de mão de obra ligada ao sindicato dos bancários, o que reduz o custo com pessoal de um posto de atendimento. O segundo é que o correspondente utiliza um espaço comercial já existente para oferecer os serviços bancários o que reduz o custo de manter uma agência bancária possibilita oferecer serviços financeiros a onde não há demanda suficiente para sustentar a viabilidade econômica da agência. A criação de um *lócus* de comercialização diferente da agência bancária tem sido capaz de promover o acesso das camadas de mais baixa renda aos serviços e produtos bancários

A pesquisa permitiu também aprofundar alguns aspectos específicos da configuração dos correspondentes bancários no aspecto regional que caracteriza o processo de bancarização. Contudo, a configuração e a dinâmica dos correspondentes bancários não podem ser entendidas como homogêneas, ou seja, não há um modelo

único. Cada instituição bancária possui características únicas, reflexo da organização e dos objetivos dos bancos. Observam-se no Brasil várias configurações de correspondentes bancários, o Banco Postal, por exemplo, utiliza a rede de agências dos correios e presta serviços de transações para o Bradesco. Outro exemplo de correspondentes bancários se expressa na experiência da Caixa Econômica Federal por meio das casas lotéricas e os estabelecimentos comerciais credenciados no “Caixa Aqui”, estabelecimentos responsáveis pelo pagamento de vários benefícios sociais. A pluralidade de relações que os correspondentes bancários possuem com os bancos que eles representam é fundamental para entender a natureza e o alcance da política de flexibilização do acesso aos bancos.

Esta pesquisa também mostra o cenário macroeconômico do período compreendido entre 2002 e 2008 no qual se deu este processo de ampliação do acesso aos serviços financeiros e de expansão do volume de crédito. As condições macroeconômicas durante este período são extremamente favoráveis, principalmente após 2004 quando as expectativas em relação a economia nacional passam a ser mais otimista. Apesar da crítica pertinente que há em relação às agências internacionais de *rating*, a concessão ao Brasil do Grau de Investimento (*investment grade*) é reflexo do processo de melhora nas expectativas em relação à economia brasileira.

Podemos também destacar que neste período há a retomada dos fluxos de capital internacional que fizeram com que a taxa de câmbio sofresse uma suave valorização frente ao dólar. A taxa Selic, taxa básica de juros da economia brasileira, também ficou razoavelmente estável durante o período. A principal conclusão que tiramos quando analisamos este período de ampliação e reorganização do Sistema

Financeiro Nacional é que as condições macroeconômicas são extremamente favoráveis a este processo.

O processo de flexibilização do acesso aos bancos, principalmente pelas camadas de menor renda, também há de ser analisado de uma perspectiva crítica. É nítido o aspecto quantitativo deste processo. O aumento da rede de correspondentes ampliou a capacidade dos bancos de atingirem as camadas de baixa renda e ampliou o acesso destas camadas a serviços financeiros, principalmente aos serviços de crédito.

Porém quando olhamos o aspecto qualitativo, principalmente no que se trate de operações de créditos, percebemos que a rede de correspondentes aparece como um locus de comercialização de crédito destinado ao consumo.

O crédito destinado ao consumo amplia o poder de compra, ou melhor, a capacidade de adquirir uma cesta de consumo mais ampla pelas camadas que possuem baixa renda. Porém o crédito destinado ao consumo não tem a capacidade de alterar o status social que o indivíduo de baixa renda está submetido. O crédito destinado ao consumo, principal serviço financeiro prestado pelos correspondentes, é muito diferente do microcrédito produtivo orientado, que tem esta capacidade de ampliar renda e de alterar o status social do indivíduo das camadas de baixa renda. Este processo de ampliação do acesso aos serviços bancários tem como principal resultado o aumento da capacidade de consumo que as camadas de baixa renda possuem, mas este processo não inclui a democratização do acesso ao capital, principal característica dos programas de microcréditos produtivos orientados.

Porém não podemos negar o caráter dinâmico que este processo de ampliação aos serviços bancários gera na economia nacional. A ampliação da capacidade de

consumo das camadas de baixa renda criou neste período uma grande massa de consumidores que amplia a capacidade geral de consumo do mercado interno e pode gerar a demanda interna necessária para promover um crescimento consistente e sustentável nos próximos anos.

Por fim, não podemos deixar de mencionar que este período de reorganização e reestruturação do sistema financeiro nacional que se inicia em 2002, ganha força a partir de 2004 e que se encerra na crise financeira global de 2008 resulta em um sistema financeiro mais forte e dinâmico . Também abre uma janela histórica aonde o Brasil passa a ter expectativas de crescimento consistente nos próximos anos e que testará a capacidade deste novo sistema financeiro nacional de financiar esta nova fase do desenvolvimento econômico do nosso país.

Como podemos perceber o correspondente pode oferecer serviços financeiros básicos (basicamente serviços de pagamento e de crédito). Por possuir uma flexibilidade operacional maior que agência ele, de certa forma, é mais acessível como *Locus* de comercialização de serviços no processo de inclusão da população de mais baixa renda. Uma diferença significativa quanto às condições de oferta de serviços financeiros entre a agência e o correspondente é a flexibilidade operacional que o correspondente possui em relação à agência. Como podemos observar os serviços básicos do sistema de pagamento nacional e os serviços de crédito são oferecidos pelos correspondentes de forma a atingir localidades mais “distantes” do centro do SFN que é São Paulo e conseqüentemente o Sudeste. Assim, é clara a estratégia de expansão dos canais de atendimento que os bancos adotaram de preferir canais de atendimentos mais flexíveis.

Bibliografia

IBGE (1997). Sistema Financeiro: uma análise a partir das contas nacionais (1990-1995). Rio de Janeiro.

AMADO, A.M. (2006). Impactos regionais do processo de reestruturação bancária do início dos anos 1990 in Moeda e Território. Ed Autentica.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (1994). Banco Central do Brasil: Estruturas e Funções – Brasília: Banco Central do Brasil.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (2006). Relatórios Setoriais. Financeiras. Brasília.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. (2002) Economia Bancária e Crédito. Brasília

BANCO CENTRAL DO BRASIL/DEPEC (1999) Evolução estrutural do sistema financeiro brasileiro. Brasília. mimeo.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução 3.110 do Conselho Monetário Nacional. - <http://www.bacen.gov.br/>

BANCO CENTRAL DO BRASIL (2002). Relatório de Estabilidade Financeira. Volume 1, nº 1. Brasília
<http://www.bacen.gov.br/>

BANCO CENTRAL DO BRASIL (2003). Relatório de Estabilidade Financeira. Volume 2, nº 2. Brasília
<http://www.bacen.gov.br/>

BANCO CENTRAL DO BRASIL (2004). Relatório de Estabilidade Financeira. Volume 3, nº 2. Brasília
<http://www.bacen.gov.br/>

BANCO CENTRAL DO BRASIL (2004). Boletim do Banco Central, volume 40. Brasília
<http://www.bacen.gov.br/>

BANCO CENTRAL DO BRASIL(2006). Relatório de Estabilidade Financeira. Volume 5, nº 2. Brasília
<http://www.bacen.gov.br/>

BANCO CENTRAL DO BRASIL (2007). Relatório de Estabilidade Financeira. Volume 6, nº 2. Brasília

<http://www.bacen.gov.br/>

BARROS, J. R. M et alli. (1998). Reestruturação do setor financeiro. Ministério da Fazenda. Secretaria de Política Econômica, Brasília, mimeo, janeiro.

COSTA, Fernando Nogueira da(2007). Bancos e crédito no Brasil: 1945-2007. Texto para discussão. IE – Unicamp.

FEBRABAN, O setor Bancário em Números 2008 -- Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) - <http://www.febraban.org.br/>

GONÇALVES, J. R., MADI, M. A. C e KREIN, J. D. (2009) Bancos, Bancários e desafios à representação sindical no Brasil contemporâneo, mimeo.

KUMAR, Anjali & BECK, Thorsten (2005) Assessing financial Access in Brazil. The World Bank. Working Paper no. 50

MADI, Maria Alejandra C. e GONÇALVES, José Ricardo B. (2005) Corporate Social Responsibility: Credit and Banking Inclusion in Brazil, t'1'exto apresentado na 10th International Karl Polanyi Conference, "Protecting Society and Nature from Commodity Fiction", Boğaziçi University, Istanbul, Outubro 14-16, 2005